

Recortes de Imprensa

Janeiro 2017



Apoio:

Filhas “tinham medo” da mãe acusada de as matar

CASCAIS O ex-companheiro de Sónia Lima, acusada de ter afogado duas filhas, de 19 meses e quatro anos, em 15 de fevereiro de 2016, junto ao Forte da Giribita, em Paço de Arcos (Oeiras), disse, ontem, no tribunal, que ela tinha um “comportamento agressivo” e uma “paranoia da perseguição racista”.

Nelson Ramos afirmou ainda, durante o julgamento, que as filhas já lhe tinham dito que tinham medo da mãe.

A separação do casal ocorreu em novembro de 2015, altura em que Sónia Lima começou, declarou Nelson, a revelar um “comportamento agressivo” e “a ser pa-

ranoica”. Chegou ao ponto de o acusar de ser “pedófilo”, por dar beijinhos às filhas.

Nelson Ramos declarou ainda ter sido ameaçado pela ex-companheira e por uma amiga próxima, agente da PSP, que acreditava nas acusações da arguida.

“Só vê as meninas quando eu

quiser e onde eu quiser. Se eu não quiser, nem as vê mais’. Não sei ao que ela se referia”, garantiu Nelson Ramos, que, devido às acusações e à agressividade da ex-mulher, disse ter contactado a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e a Comissão da Proteção de Menores da Amadora.

Na sequência desses contactos, responderam-lhe que “o caso já estava a ser seguido pelas autoridades”, referiu. Segundo o MP, a arguida, acompanhada das filhas, saiu a 15 de fevereiro da casa dos pais, na Amadora, e, cerca das 20 horas, entrou com elas no mar “para as matar”. ●



Justiça



O que foi dito durante as agressões



Também quero dar um bico! (pontapé)''

Expressão de um dos envolvidos no espancamento



Dá mais! Dá mais! Dá mais! Dá mais!''

Palavras proferidas por um dos instigadores



Já chega! Já chega! Acabou! Acabou! (...) Ele está a sangrar''

Dois jovens que tentaram travar a agressão

Violência entre jovens Agressões a adolescente de Almada foram causadas por uma rapariga. Há um segundo vídeo que já está com a PSP



O vídeo publicado na internet tem pouco mais de um minuto e foi removido pelo Youtube, por ter sido considerado violento. As imagens mostram um rapaz de 15 anos a ser espancado por três jovens

“Não me lembro de nada, desmaiei logo”

Rosa Ramos
rosa.ramos@jn.pt

► O rastilho foi um amor de verão mal resolvido. O vídeo foi filmado no início de novembro, mas só antontem chegou às redes sociais e rapidamente se tornou viral. Um rapaz é violentamente espancado em Almada, com murros e pontapés na cabeça, por três jovens. Todos aparentam ser menores, a cena é filmada e presenciada por vários adolescentes, e alguns incitam à violência.

O que aconteceu a seguir não foi filmado. Rodrigo [nome fictício], de 15 anos, caiu desmaiado no chão e foi levado por um amigo que estava por perto até à esquadra da PSP de Corroios. Foram os agentes que contactaram a mãe, Margarida Pimenta, médica num hospital privado. Tinha um traumatismo craniano.

Dois meses depois das agressões, Rodrigo parece recuperado e recorda, à saída das aulas na Escola Profissional de Almada, onde está a terminar o 9.º ano de um curso de Informática, o que motivou o desaguisado. “Tive umas curtes com uma rapariga no verão e depois de o ano letivo começar ela começou a namorar com outro rapaz”. Mesmo assim, continuaram a trocar mensagens. “E ele

meteu na cabeça que eu me andava a meter com ela”.

Terá sido por culpa desse “mal-entendido” que, na quarta-feira, 2 de novembro, a seguir às aulas, o namorado – N., também de 15 anos e aluno da Escola Emídio Navarro – propôs por telefone que se encontrassem. “Disse-me que fámos falar e que se queria desculpar para se acabarem os problemas”, conta Rodrigo. Só que quando chegou ao local, nas imediações da Emídio Navarro, N. não estava sozinho. “Estavam mais sete e eu não estava preparado para aquilo”. Dois dos elementos do grupo – incluindo a rapariga – estavam a filmar desde o primeiro momento. “Não me lembro de nada. Só me lembro de apanhar o primeiro murro. A partir daí, não me lembro, nem senti nada. Fiquei inconsciente. Ainda me levantei, mas a seguir desmaiei”.

Rodrigo conta também que, dias depois das agressões, N. e a namorada lhe mandaram “várias mensagens” a pedir desculpa.

Existe um segundo vídeo

Ao que o IN apurou, além do vídeo que foi parar às redes sociais, existe um segundo, que também já está na posse das autoridades. Foi aliás através dessas imagens que a PSP conseguiu identificar a rapariga



Os dois principais agressores são alunos da Escola Secundária Emídio Navarro, em Almada

Dois dos agressores mandaram mensagens, dias depois, a pedir desculpa

envolvida no caso. No total, já foram identificados quatro jovens.

O inquérito foi investigado pela PSP de Almada e, em declarações ao IN, o pai de Rodrigo promete levar o caso até às últimas consequências. Segundo o Ministério Público, só um dos jovens envolvi-

dos – a rapariga – poderá ser responsabilizado criminalmente, por ter já 16 anos. Os outros, mais novos, serão alvo de processos tutelares educativos que correrão num Tribunal de Família e Menores e poderão culminar com internamento num centro educativo. ●



Jovens Vídeos podem aumentar a violência

As redes sociais poderão potenciar comportamentos violentos, admite a pedopsiquiatra Ana Vasconcelos, acrescentando que a exposição a vídeos de agressões ou que contenham violência contribui para um aumento real da própria violência, "Estar exposto a vídeos dessa natureza

leva-nos, e aos jovens também, a cometer esses atos. No momento de agir, pensa-se mais nas imagens do que propriamente nas consequências que os nossos atos vão ter no outro, como a dor", acredita a especialista. Ana Vasconcelos tem "dificuldade" em afirmar que a violência juvenil possa estar a aumentar, mas admite que o "ambiente de crise" que se vive pode estar a perturbar os jovens.

outros casos :

Filmaram 13 minutos de violência

► Um vídeo de 13 minutos, colocado a circular nas redes sociais em maio de 2015, mas filmado no verão do ano anterior, mostrava um adolescente de 16 anos a ser agredido e humilhado por um grupo de jovens em plena rua, na Figueira da Foz. Encostado a uma parede e sem esboçar grande reação, o jovem é alvo de estaladas, murros, pontapés e insultos, sendo principais protagonistas duas raparigas, também adolescentes. Outros jovens que assistiram a tudo, além de nada terem feito para impedir as agressões, gozavam com o sofrimento do estudante. O vídeo tornou-se viral e gerou reações de revolta em todo o país, que chegaram ao extremo de apelos à justiça popular. O Ministério Público deduziu acusação contra quatro jovens maiores de 16 anos e ins-



taurou processos tutelares educativos a outros quatro, estes por serem menores, tendo um deles sido sujeito à medida de acompanhamento educativo por dois anos.

Sova a rapariga deu condenações

► Esbofetada, atirada ao chão, pontapeada por todo o corpo, puxada pelos cabelos. As violentas agressões a uma adolescente, de 13 anos, em maio de 2011, junto ao centro comercial Colombo, em Lisboa, foram filmadas e publicadas no Facebook, correndo rapidamente o país. Duas raparigas, de 15 e 16 anos, surgiam como agressoras, enquanto outros colegas testemunhavam. O caso foi a julgamento e dois dos envolvidos – a jovem de 16 anos e o autor da filmagem, de 18 anos – chegaram a estar em prisão preventiva. Em janeiro de 2012, cinco arguidos foram condenados a penas suspensas, com a condição de voltarem à escola ou frequentarem cursos de formação e de colaborarem com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e outras organizações que ajudam vítimas de cri-



mes violentos. O jovem que filmou foi sentenciado a dois meses de prisão, com pena suspensa. A agressora de 15 anos, por ser menor, foi internada num centro educativo.

Espancamento revoltou bairro

► Alfredo da Conceição, de 21 anos, foi sovado por um grupo de indivíduos, que filmou as agressões e difundiu o vídeo na Internet, em março de 2009. O jovem acabaria por morrer no hospital três dias depois e as suspeitas, por parte de familiares e moradores, de que o espancamento foi a causa da morte deixaram em polvorosa o Bairro de Carreiros, em Rio Tinto (Gondomar), onde a vítima residia e de onde eram também oriundos os agressores. "Foram uns seis a bater-lhe", disseram na altura testemunhas, garantindo que Alfredo tinha sido atacado por ter denunciado supostas atividades criminosas do grupo. Dois dias depois, a vítima foi ao hospital, queixando-se de fortes dores de cabeça, acabando por não resistir. No bairro, houve confrontos entre po-



pulares e a PSP teve de reforçar o patrulhamento. Porém, a autópsia apontou como causa da morte uma doença infecciosa grave e não as agressões.



"SÓ ME LEMBRO DE APANHAR O PRIMEIRO MURRO"
IN falou com jovem violentamente espancado. Quatro agressores já foram ouvidos mas só um pode ser responsabilizado p. 16 e 17





Tema de capa

Denunciados, entre 2013 e 2015,
19 casos no distrito de Beja

Quando a violência doméstica também toca a eles, aos homens

Os números que dizem respeito à violência doméstica contra homens, entre 2013 e 2015, aumentaram no País, e o distrito de Beja não foi exceção. Um crime, que afeta mais as mulheres, mas que também toca a eles, aos homens. É ainda a vergonha e o medo de represálias da sociedade que muitas vezes encobre esta prática, abusiva, que tanto pode existir a nível físico, como emocional e psicológico. Os dias entre quatro paredes, que podem ser um inferno. Um crime invisível e muitas vezes silencioso, até se quebrarem tabus e se pedir ajuda. Rui foi umas das 19 vítimas de violência doméstica que procuraram ajuda na região.

Texto Bruna Soares Ilustração Susa Monteiro

São as mulheres que sofrem maiores taxas de violência doméstica. Acontece que os homens também são vítimas deste crime. Foi o que aconteceu a Rui, nome fictício, para proteger a sua verdadeira identidade.

Foi há 12 anos que tudo começou. E os dias, esses, só pioraram. Mas existia o medo e a vergonha e foi isso que, por muito tempo, o impediu de pedir ajuda. Conformou-se, como se tivesse de ser assim.

Rui, tal como tantos outros homens que são vítimas de violência doméstica, receava ser desacreditado e humilhado se decidisse denunciar a sua vitimização. Mas por quem? Segundo explica a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), "por terceiros, onde se incluem familiares, amigos e até mesmo instituições judiciais e policiais".

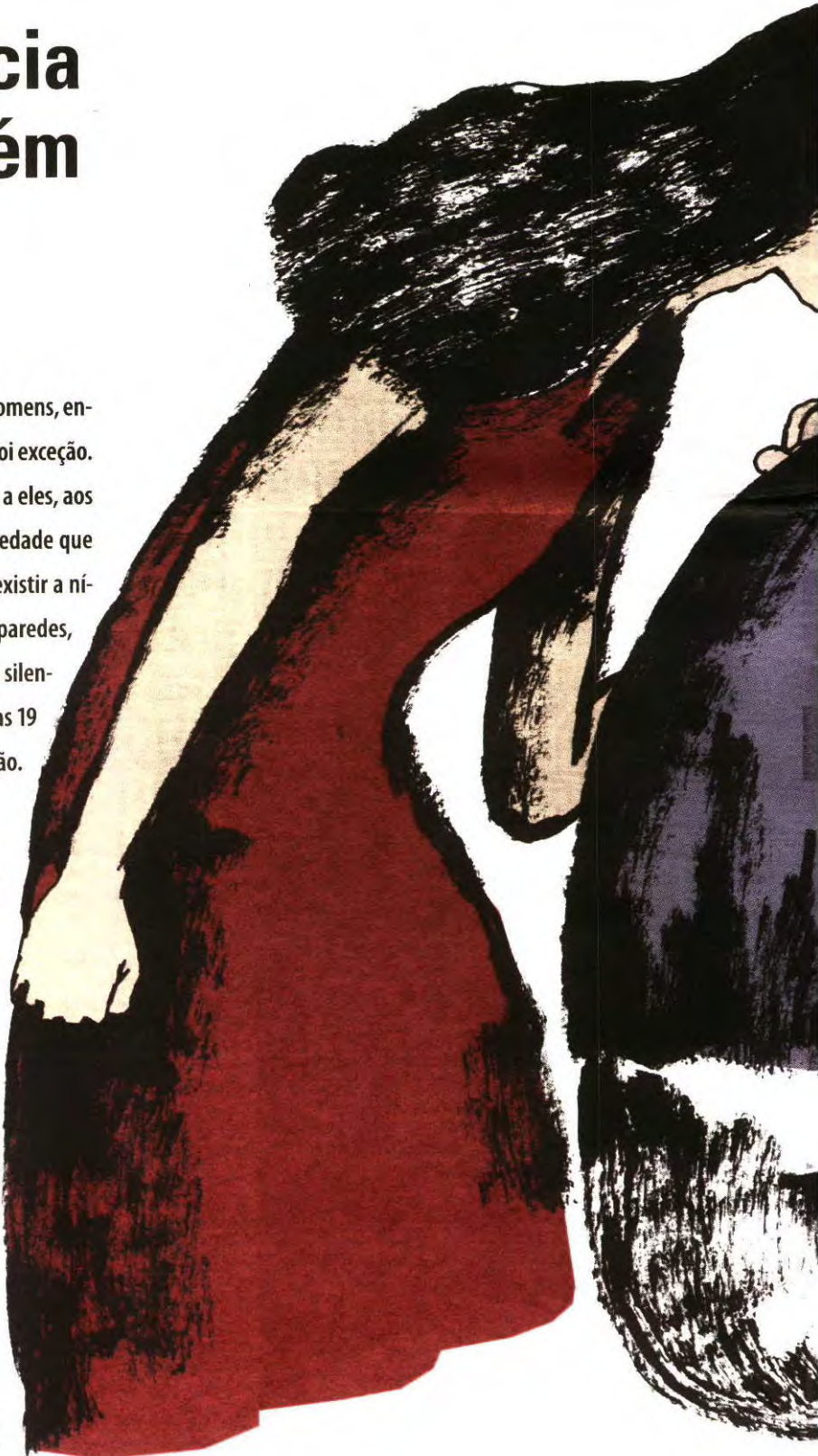
"Sentia vergonha. Fui-me muito abaixo. Nunca gostei de andar na 'boca do povo'", diz agora. Para rapidamente se encerrar em palavras, como se ainda hoje sentisse essa vergonha.

Rui foi vítima de agressões verbais e psicológicas e as marcas, embora não as tenha no corpo, por não ter sofrido

agressões físicas, tem-las cravejadas na memória, na alma. Para sempre.

Garante, no entanto, que nunca se sentiu culpado. Porque nunca contribuiu para que tal pudesse acontecer. "Não fazia nada para que tal existisse. Sempre a tratei bem e nunca lhe faltou nada". Rui e a sua companheira viveram 31 anos juntos, até ao dia em que ele não aguentou mais. Por ser vítima de violência doméstica. A sua agressora era a esposa.

"A taxa do crime de violência doméstica tem vindo a aumentar no que diz respeito aos homens". Quem o revela é o Núcleo de Atendimento à Vítima (NAV) de Beja. Mas associado a este fator, adianta, "encontram-se hoje diversas respostas, como, por exemplo, o facto de a violência



Violência doméstica: da realidade aos mitos

"A violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar. Todos podemos ser vítimas de violência doméstica. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil", explica a

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Para a APAV, "o crime de violência doméstica deve abranger todos os atos que sejam crime e que sejam praticados neste âmbito. Qualquer ação ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, sejam ex-cônjuges, ex-companheiro/a, ex-namorado/a, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, e que inflija sofrimentos:

físicos, sexuais, psicológicos e económicos".

A APAV explica ainda que a violência doméstica "está envolta em alguns mitos" e que "alguns têm servido para desculpar a violência e o agressor, outros para culpabilizar a vítima. Estes mitos tornam a procura e o pedido de ajuda da vítima mais complicado, bem como contribuem para a falta de compreensão de terceiros acerca das reais questões que estão no cerne da vitimação".



doméstica ser algo mais debatido, o encorajamento que é feito às vítimas, principalmente do sexo masculino, no sentido de não sentirem vergonha nem medo das represálias da nossa sociedade e de pedirem ajuda, a desmitificação dos vários mitos associados à problemática em questão, bem como a explicação das diversas formas de violência, uma vez que vários comportamentos acabam por não ser associados a este crime".

Entre 2013 e 2015, segundo o NAV de Beja, "foram registados 19 casos de violência doméstica no distrito". "Estas vítimas foram pessoas do sexo masculino, na sua maioria casadas e a residir no concelho de Beja". Homens, estes, que maioritariamente "têm o 3.º ciclo de escolaridade e já estão reformados". Têm, normalmente, uma idade superior a 65 anos.

Quanto aos autores dos crimes foram, maioritariamente, "os filhos e as esposas". E o grau de parentesco verificado nestes casos foi "entre pais e filhos, avós e netos e entre cônjuges".

Já no País, no total, de acordo com as estatísticas reveladas pela APAV, entre 2013 e 2015, foram registados um total de 1 240 homens adultos vítimas de violência doméstica, verificando-se um aumento percentual de 14,4 de 2013 para 2015.

O distrito de Beja, contudo, apresentou, no espectro nacional, uma percentagem inferior em relação a outras regiões do País no que diz respeito à violência doméstica contra homens e, para o Núcleo de Apoio à Vítima de Beja, "este facto poderá estar relacionado com a cultura e os costumes da região". "Tratando-se de um meio pequeno, os costumes e mentalidades estão ainda, nos dias de hoje, bastante vinculados. O homem continua a assumir um papel diferente relativamente ao da mulher e estes aspetos serão, possivelmente, preponderantes para esta inferioridade relativamente a outras regiões do País". Tanto que o núcleo defende: "Aqui está um tema sobre o qual é importante refletir. Mais conhecimentos, sejam eles teóricos ou das especificidades do território, conduzem, sem dúvida, a melhores intervenções".

Na verdade, sendo ainda as mulheres a população mais associada a este crime, o fenómeno da violência doméstica contra os homens tem vindo a aumentar. E não é, assim, de estranhar que a APAV tenha lançado, recentemente, uma campanha de sensibilização sobre violência doméstica contra os homens.

"Esta nova campanha aponta a vergonha como uma marca num homem vítima de violência doméstica. Com base na imagem de uma ressonância magnética do cérebro humano, a campanha pretende dar imagem à vergonha, emoção comum nas vítimas, e que, tal como a violência doméstica, permanece, muitas vezes, invisível", explica a APAV. Qua defende ainda que "os homens vítimas de violência doméstica podem ser

alvo de comportamentos de controlo, agressões físicas e psicológicas, sendo que o medo e a vergonha surgem como a principal barreira ao primeiro pedido de ajuda".

O NAV de Beja diz que "muitos ainda se interrogam hoje em dia: como pode um homem ser agredido por uma mulher? A verdade é que pode mesmo acontecer, quer a nível físico, quer a nível psicológico. A violência psicológica não deixa marcas visíveis. No entanto, é, por vezes, uma situação mais traumática e duradoura".

Rui aguentou até que conseguiu. Foram necessários anos. Mas chegou a um ponto em que, desabafa, já não aguentava. "Já não aguentava aquilo. Já não suportava". Encheu-se de coragem, pegou no telefone e ligou para a APAV. "Liguei para me ajudarem". Foi imediatamente contactado pelo NAV de Beja. "Fui aconselhado e decidi, então, chamar a GNR para ir lá a casa. Chamei-os para verem o que ela me fazia", diz.

Foi a partir daí, desse primeiro passo, que a vida de Rui, inevitavelmente, mudou. "Comecei a ser apoiado pelo núcleo e também pela GNR e ela saiu da minha casa". O casamento acabou e a violência doméstica também. E foi aí que chegou o alívio e novamente o equilíbrio para Rui.

Aprendeu a viver sozinho. Começou de novo, em paz. "Pedi para o lar da minha zona de residência me apoiar, nomeadamente com a alimentação, e a minha irmã também me começou a ajudar nas limpezas".

Antes, explica, não estava bem. "Sentia-me muito mal. Parece que andava sempre com sono e muito em baixo, mas agora não, agora estou bem".

"A violência doméstica é, na sua generalidade, um crime de grande complexidade, causando, na sua maioria, uma face envergonhada, independentemente de quem é a vítima. Ainda assim, é evidente que são os homens que nutrem maioritariamente este sentimento, talvez devido ao seu retrato na sociedade", considera o NAV de Beja. Que diz ainda que, desta forma, "compreende-se que este aspeto acabe por ser uma fragilidade para as vítimas, sendo posto em causa, muitas vezes, o seu caráter enquanto homem e companheiro/marido". Para o núcleo, torna-se, assim, "mais difícil e constrangedor para um homem ultrapassar esta vergonha".

A violência doméstica contra os homens está, no entanto, "cada vez mais exposta" e pretende-se que a informação sobre esta problemática chegue a toda a população, com o objetivo que cada vez mais sejam quebrados estereótipos. Até porque o facto de a violência doméstica contra homens ser maioritariamente a nível psicológico faz com que "a situação seja, de certa forma, desvalorizada por muitos".

Rui, agora, agora que já não vive no tormento em que viveu por muito tempo, não tem dúvidas: "Aconselho todas as pessoas que passem por esta situação a pedir ajuda, que não aguentem". Como ele aguentou. Tanto tempo, em silêncio.



Violência doméstica

Nem sempre são "elas" as vítimas

Os números que dizem respeito à violência doméstica contra homens, entre 2013 e 2015, aumentaram no País, e o distrito de Beja não foi exceção. Neste período de tempo foram denunciados às autoridades da região 19 casos. A violência doméstica é um crime que afeta mais as mulheres, mas que também toca a "eles", aos homens, como releva a reportagem do "DA", págs. 4/5



VIOLÊNCIA NO NAMORO

No dia 13 de dezembro decorreu na Biblioteca da Escola Básica José Maria dos Santos uma sessão sobre a “*Violência no Namoro*”, dinamizada pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a convite do PES (Projeto de Educação para a Saúde).

Neste encontro interativo e bastante participado, os alunos do 9º ano puderam colocar questões e esclarecer dúvidas quanto a um relacionamento saudável e, ao mesmo tempo, identificar os vários tipos de violência,

às quais as convidadas foram respondendo de forma muito clara e elucidativa, apoiadas em pequenos sketches que confirmaram algumas situações de violência relacional e afetiva.

Sessões desta natureza são pertinentes e importantes, uma vez que vêm contribuir para a formação pessoal e social dos jovens, alertando-os para a dimensão deste problema. Sabe-se que o amor é a base de um relacionamento saudável. Contudo, lá diz o preceito: “*Quem não te respeita não te merece.*”





ATUAL

CASOS DE VIOLÊNCIA EM PORTUGAL



Anabela
e Rómulo foram
violentamente
agredidos



A Maria
procurou
saber como a
violência pode
mudar para
sempre a vida
das mulheres
e dos jovens
agredidos.

"MUITA GENTE SOFRE EM SILÊNCIO"

OS casos fazem páginas de jornais e entram-nos diariamente pela casa adentro através dos telejornais. A violência tem sido, mais uma vez, um dos temas que têm estado na ordem do dia, pelos casos mediáticos das últimas semanas, que envolveram uma mulher de 37 anos, Anabela Lopes, de Grândola, agredida brutalmente pelo ex-companheiro, Paulo Roque, e ainda um jovem de 15 anos, de Almada, Rómulo, violentado por um grupo de rapazes seus "amigos". Desta forma, e para melhor perceber como a violência é encarada hoje em dia, a **Maria** falou com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e esclarece como a mulher e a violência conjugal podem ser um tema complexo, mas com uma resolução possível, e ainda o porquê de os jovens

terem a necessidade de praticar *bullying*.

Mulheres vítimas dos companheiros

"Sabemos que, ainda hoje, muita gente sofre em silêncio sem pedir ajuda à família ou às autoridades", explica a APAV. São vários os fatores que desencadeiam este tipo de situações, geralmente de ordem emocional: "Os fatores desencadeadores são relacionados com a intolerância à frustração por parte do agressor, que leva à passagem ao ato violento. Estes agressores evocam inúmeras razões para justificar o seu comportamento – regra geral, justificações culpabilizantes da vítima, relacionadas com ciúme patológico, mas não só. Os agressores, face à incapacidade de lidar

com o *stress* e as tensões diárias, vão acumulando tensões com as quais não sabem lidar (fase do aumento da tensão). Quando estas se tornam insuportáveis dá-se o momento da agressão violenta, que pode ser uma agressão física ou verbal, mas é aqui que as tensões são libertadas e que passamos à fase da lua-de-mel/apaziguamento, onde os agressores, por vezes, demonstram arrependimento e afirmam que não voltarão a cometer tais atos. A vítima, vulnerável, acredita e vai concedendo sucessivas oportunidades até chegar à fase que alguns autores descrevem como a gota de água que



faz transbordar o copo. É neste momento que muitas mulheres vítimas resolvem pedir ajuda." Foi por falta de coragem ou ajuda que em Portugal, entre 2014 e 2015, morreram mais de 70 mulheres.

O bullying entre jovens

Está a tornar-se cada vez mais viral a publicação de vídeos na Internet em que a violência entre jovens é o tema do dia. Porque têm estes jovens este tipo de comportamentos? A APAV esclarece: "Regra geral, um dos principais desencadeadores da violência é a intolerância à frustração, que leva estes jovens a passar ao ato. Isto é, estes jovens sabem que

Pode o SEU FILHO SER UM AGRESSOR?

A *Maria* falou com o **Dr. Pedro Proença**, advogado ligado a questões de justiça juvenil, para perceber de que forma um jovem pode tornar-se agressor e se essa atitude se refletirá, da mesma forma, no seu futuro: "Sem dúvida. Há uma percentagem muito significativa de condenados pela prática de crimes contra a integridade física, e até contra a vida, que registam comportamentos violentos durante a sua menoridade." Mas como podemos prevenir que isto aconteça, com filhos ou jovens próximos de nós? Os sintomas são: "As reacções verbais, ou mesmo físicas, agressivas e intermitentes, sem que haja motivo ou provocação. Agitação, sintomas de depressão, isolamento." O que muitas vezes os jovens não sabem é que todas as suas ações têm uma consequência e, por serem menores, acreditam que nada lhes acontecerá. O que não é verdade. "Um menor de 16 anos já responde como um adulto e pode ser condenado numa pena de prisão efetiva tal como um adulto. A diferença é que cumprirá a pena numa 'prisão-escola'. Entre os 12 e os 16 anos, os menores podem ser condenados a medidas que vão desde a simples admoestação à imposição de comportamentos, acompanhamento educativo e, no limite, ao internamento num centro de educação em regime fechado até dois anos, podendo ser três anos se praticarem crimes com moldura penal igual ou superior a oito anos", explica o advogado.



o comportamento violento tem consequências e que é socialmente reprovável, no entanto, entre pares, julgam que terão maior reconhecimento por agir deste modo, daí a necessidade de filmar e partilhar."

Mas, afinal, existe algum padrão relacional ou comportamental que define os jovens que praticam o *bullying*? "Muitos destes jovens vêm de famílias desestruturadas, com falta de apoio, vinculações inseguras,

falta de estabelecimento de limites e relações pouco significativas do ponto de vista emocional. Alguns destes jovens podem apresentar sinais, como falta de aproveitamento escolar, absentismo, consumos, entre outros; mas também há jovens que podem não manifestar quaisquer sinais e que podem aparecer envolvidos na trama do *bullying* quer como observadores, instigadores ou agressores."

Texto: Marisa Simões. Com a colaboração do Dr. Pedro Proença



Queixas por violência no namoro voltaram a aumentar

Número de participações à PSP e à GNR aumentou 6% entre 2015 e 2016, uma tendência de crescimento que se verifica desde 2013. Muitas destas situações estão relacionadas com abusos através da Internet

Maus tratos
Ana Dias Cordeiro

A queixa de uma adolescente de 15 anos que terminou a relação com o namorado e este, por vingança, colocou na Internet filmes em que ela aparecia em poses explicitamente sexuais foi uma das que chegaram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos anos. O caso foi de tal forma grave que Margarida (nome fictício) e a família saíram do sítio onde moravam e noutra local “começaram quase do zero”, diz o psicólogo Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV para a área da violência doméstica e de género.

“Este caso não é tão atípico como se possa pensar”, afirma Cotrim. Este tipo de violência – que culmina em ofensas que atentam à dignidade da pessoa através da exposição de imagens ou vídeos nas redes sociais ou sites – é muito comum, reforça o especialista. E esta, em particular, é uma das situações que permanecem mais vividas na memória deste responsável desde que em 2013 passou a haver monitorização da violência no namoro pelas polícias e a registar-se um aumento todos os anos das participações à PSP e à GNR.

Entre 2015 e 2016, houve um aumento de 6% do número de queixas por violência no namoro feitas a estas duas polícias. No ano passado foram 1975 as participações recebidas pelas autoridades, mais 123 do que em 2015. Já em 2014, tinha chegado a 1691 o número global de queixas registado.

Alteração ao Código Penal

Porém, o salto maior aconteceu em 2014, depois de em 2013 ter sido aprovada a alteração ao Código Penal que veio acrescentar ao artigo 152.º – relativo ao crime de violência doméstica – uma alínea específica da violência no namoro. Para estes anos, contudo, apenas a PSP – a polícia que recebe mais participações deste tipo face à área geográfica mais urbana que tutela no país – enviou

dados que possibilitem uma análise. Assim, em 2014 as queixas por este crime, apresentadas à PSP, aumentaram em 48% relativamente a 2013, passando de 1049 para 1550 em 2014 (foram mais 501 participações).

Nas áreas da competência da GNR, os números são mais baixos, mas não deixam de demonstrar um aumento noutra período temporal: as ocorrências passaram de 141 em 2014 para 172 em 2015 e 188 em 2016.

As participações de jovens mais novos, como Margarida, representam uma minoria, mas mesmo assim houve dezenas de casos envolvendo adolescentes até aos 16 anos, de acordo com os dados disponibilizados pela PSP. Em 2013, houve 51 ocorrências com rapazes e raparigas até aos 16 anos. Um ano depois foram registadas 90 queixas e em 2015 foram 98. Já em 2016, 103 participações foram feitas por jovens até aos 16 anos.

Divulgou vídeos

As participações feitas nestas idades representam números residuais – três em 2013 e 2015 e dois em 2014 e 2016 – o que contrasta com os números de participações feitas



Há realmente um aumento dos casos de violência no namoro, mas as condenações acabam por não acontecer a não ser quando há outros crimes como homicídio

Daniel Cotrim

Psicólogo e assessor técnico na APAV

por raparigas da mesma idade: 48 em 2013; 88 em 2014; 95 em 2015 e 101 em 2016.

A Margarida tinha um namorado, em quem confiava. Depois da escola, iam para casa dele, naquilo a que Daniel Cotrim chama “uniões de facto do horário de expediente”, ou seja, apenas até às 20h, quando os pais dele chegavam a casa.

“Até lá, e enquanto estava só com ele, os dois tinham relações sexuais e ela sofria maus tratos”, relata Daniel Cotrim. À hora do jantar, Margarida ia para casa. “Chegava e os pais não a chateavam”, realça Daniel Cotrim, antes de dizer que essa é a opção de muitos pais que “nem sabem o que se passa com os filhos”.

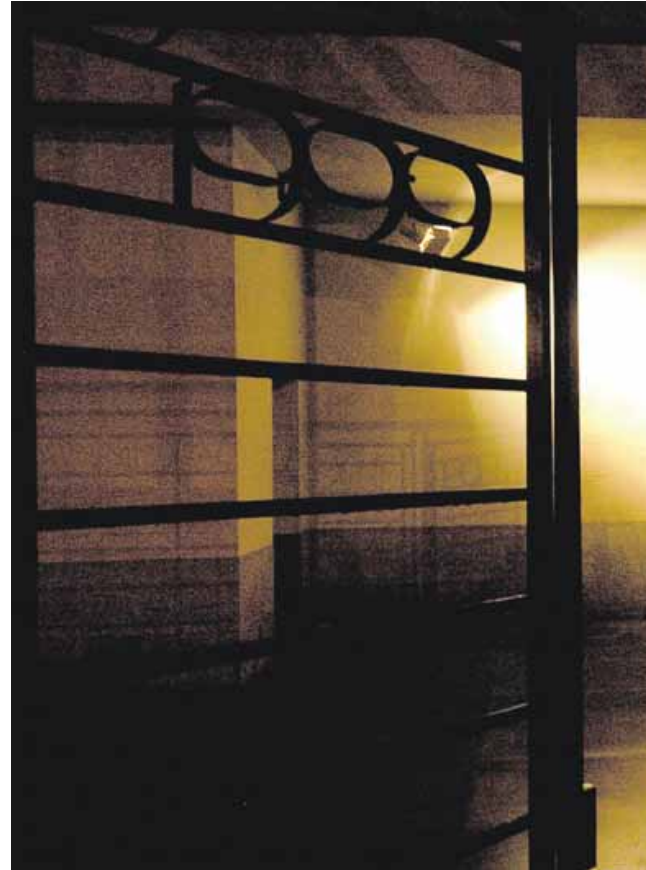
No tempo que restava do serão, a rapariga fechava-se no quarto e longe dos pais, ligava-se à Internet. Despia-se, insinuava-se, tinha comportamentos sexualizados e “ele gravava sem ela saber.” Os maus tratos tornaram-se mais frequentes e Margarida pôs fim ao namoro.

“[Quando isso aconteceu] ele tinha a noção clara de que ela não tinha contado a ninguém que namorava com ele. Decide então colocar as imagens dela nua no YouTube”, lembra Daniel Cotrim.

“Os vídeos publicados eram explícitos. A rapariga foi confrontada com isto na escola e o pai descobriu. Muitos sites de pornografia alimentam-se destes vídeos e referem-se a eles como sendo imagens [consentidas] de pessoas de mais de 18 anos. Não o são”, continua o responsável da APAV.

Quando os vídeos foram divulgados e os pais tiveram conhecimento da situação, foi apresentada uma queixa.

Margarida recebeu acompanhamento psicológico e “a família mudou-se para outra zona do país”, diz. Não houve qualquer medida punitiva para o agressor que, abaixo dos 16 anos, não seria responsabilizado criminalmente mas poderia ter de cumprir uma medida tutelar educativa. Mas neste caso, “como em quase todos”, acrescenta Daniel Cotrim, a queixa não resultou em nada.



Queixas aumentaram 48% em 2014, após alterações ao Código Penal

Pena suspensa em mais de 90% dos casos

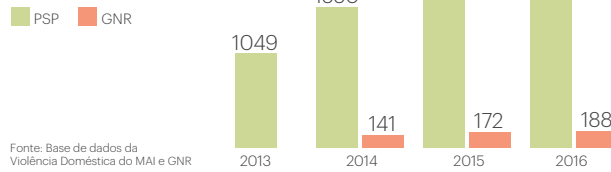
Embora as estatísticas compiladas sobre a violência ao nível do namoro não permita destrinçar resultados a nível de condenações em tribunal por agressões durante o namoro, a maioria das queixas apresentadas pelas vítimas deste fenómeno não chega, sequer, à sala de audiências. Segundo o mais recente relatório da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, relativo ao ano de 2015, 62% do total de inquéritos desencadeados pelo Ministério Público por violência

doméstica foi arquivado por falta de provas.

Mesmo assim, registaram-se pelo menos 679 condenações (os autores do estudo alertam para o risco de estes números pecarem por defeito), 60% das quais correspondiam a penas de prisão entre dois e três anos de cadeia (exclusive). Em mais de 90% dos casos, a sentença aplicada foi suspensa. Em 22% das condenações, a pena foi de três a quatro anos (exclusive), em 9% foi inferior a dois anos, em 6% foi de quatro a cinco e em 2,5% foi igual ou superior a cinco anos.

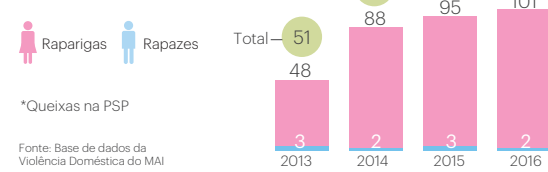


Violência no namoro: queixas à PSP e GNR



Fonte: Base de dados da Violência Doméstica do MAI e GNR

Violência no namoro com vítimas até aos 16 anos*



*Queixas na PSP

Fonte: Base de dados da Violência Doméstica do MAI

A face menos visível da violência de género na intimidade



Opinião
Sofia Neves

A violência no namoro tem vindo a ser definida como a prática de comportamentos físicos, psicológicos e/ou sexuais abusivos no âmbito de relacionamentos íntimos juvenis heterossexuais ou homossexuais/lésbicos. Varia em termos de frequência, de intensidade e de gravidade e pode ocasionar a morte da vítima.

Manifestada sobretudo em contexto escolar, esta violência beneficia hoje da utilização maciça e indiscriminada das tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte dos/as jovens, tornando-se as suas configurações não apenas mais sofisticadas como mais difíceis de identificar.

Os dados indicam que a perpetração da violência no namoro se tem vindo a tornar cada vez mais expressiva entre jovens de diversas proveniências culturais, sociais e económicas, com diferentes idades, constituindo-se como uma grave violação dos direitos humanos. Estima-se que em Portugal um/a em cada quatro jovens já tenha sido exposto/a a alguma forma de violência no namoro, pelo menos uma vez ao longo da vida.

As implicações e os efeitos da violência no namoro fazem-se sentir em múltiplas áreas, sendo a saúde das vítimas uma das mais afectadas. A sintomatologia depressiva ou ansiosgénica, o abuso de substâncias, a automutilação e a ideação suicida são algumas das evidências associadas a este tipo de vitimação. A magnitude e a complexidade do fenómeno levam mesmo a que seja considerado um problema de saúde pública.

Tipificada como crime no Artigo 152.º do Código Penal Português, a violência no namoro é apontada como um dos mais fortes preditores da violência conjugal, estando a sua prática ancorada a concepções de género altamente determinantes das relações sociais entre homens e mulheres. O recurso à violência nas relações de intimidade, juvenis ou adultas, visa geralmente a manutenção do poder e do controlo, sendo o ciúme uma das razões mais apontadas como justificação, por parte dos/as jovens, para a prática de actos violentos.

Os estudos nacionais e internacionais sugerem que a violência no namoro se caracteriza pela mutualidade e pela reciprocidade, figurando as raparigas e os rapazes ora como agressoras/es, ora como vítimas, contrariamente ao que acontece, por norma, na violência íntima adulta, onde o sexo feminino se destaca como o mais vitimado. Embora pareça ser mais ou menos consensual a ideia de que a violência no namoro é praticada indiferenciadamente por raparigas e por rapazes, as razões que subjazem a tais comportamentos, assim como os próprios comportamentos, parecem ser distintas. Assim,

ainda que rapazes e raparigas usem a violência física e psicológica, constata-se que as raparigas são, por regra, física e emocionalmente violentas em resposta à violência sofrida, tolerando menos as investidas dos parceiros e afastando-se de uma posição de legitimação do poder masculino nas relações íntimas. Por outro lado, a violência física praticada pelos rapazes não só tende a ser crónica como a ter consequências mais graves para as vítimas, quando comparada com a violência praticada pelo sexo feminino. Mais ainda, a violência sexual é mais prevalente no caso dos rapazes, mostrando os estudos que estes a legitimam significativamente mais do que as raparigas.

A intervenção no sentido da diminuição da violência no namoro pressupõe necessariamente investimentos concertados ao nível das políticas públicas, nomeadamente em matéria de educação e saúde, bem como ao nível da sociedade civil.

Docente e investigadora no Instituto Universitário da Maia e no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG — ISCSP, ULisboa) e presidente da Associação Plano i

Em Portugal, continua a ser difícil definir “violência no namoro”. “Uma pessoa pode ser adulta, ter mais de 40 anos, namorar e agredir. Esta ambiguidade no contexto jurídico ainda existe”, sustenta o responsável da APAV.

E dá o exemplo da França onde esta ambiguidade foi resolvida classificando apenas de namoro os relacionamentos com mais de seis meses. Quando a relação tem menos de seis meses, a ocorrência é classificada como ofensa à integridade física.

“Em Portugal, ainda é muito ambíguo. Há realmente um aumento dos casos de violência no namoro. Aparece de uma forma mais clara mas as condenações acabam por não acontecer a não ser quando há outros crimes como homicídio ou tentativa de homicídio”, acrescenta Daniel Cotrim.

A violência no namoro é, em mui-

tos casos, confundida na sociedade com *bullying* que não é crime e assim “desvalorizada”, realça Hugo Guinote, subintendente responsável pela Divisão de Prevenção Pública e Proximidade da PSP. Essa é também a leitura de Daniel Cotrim.

Muitas vezes, nos casos que acompanha, de raparigas ou rapazes que são vítimas, ouve dizer de uns e de outros: “Eu confio nela” ou “eu confio nele”. E quando essa confiança abre espaço a que ela (ou ele) lhe dê acesso à sua conta do Facebook, sem esse gesto de confiança ser recíproco, está-se perante uma relação que pode vir a ser de violência no namoro porque “a violência não é mais do que controlo e poder sobre a outra”. Como aconteceu com Margarida.

acordeiro@publico.pt





Queixas de violência no namoro voltam a aumentar

Denúncias aumentam todos os anos, com destaque para abusos pela internet **p8/9**

ISSN-0872-1548



Entrevista

Teresa Sofia Silva

A maior parte dos inquéritos aos casos de violência doméstica acabam arquivados. A gestora do Gabinete da Associação de Apoio à Vítima em Braga, TERESA SOFIA SILVA, diz que é difícil provar este tipo de crime, mas sublinha a disponibilidade das vítimas para cada vez mais denunciar situações de violência que é transversal a todos os extractos sociais.



FLÁVIO FREITAS

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UM CRIME DIFÍCIL DE PROVAR

[Rui Alberto Sequeira e José Paulo Silva]

P - O relatório anual de monitorização sobre a violência doméstica em 2015, da responsabilidade do Ministério da Administração Interna (MAI) revela que o número de detenções efectuadas pela PSP e GNR por crime de violência doméstica tem aumentado nos últimos anos, mas a maior parte dos inquéritos resulta em arquivamento. Torna-se um pouco inglório o trabalho desenvolvido no combate à violência doméstica, perante as conclusões deste documento?

R - Sim, acaba por ser. Mas a vocação da APAV é ajudar as vítimas. Claro que nos incomoda o facto do agressor não ser punido. Muitas vezes é um crime que é difícil provar, porque é cometido 'entre quatro paredes', não há testemunhas. Acaba por não existir prova e o Ministério Público tem de arquivar.

P - Não poucas vezes há a reincidência do agressor tendo como consequência a morte da vítima de violência doméstica.

R - Sem dúvida. Quando existem situações de reincidência o resultado é pior. Há bastantes denúncias dos casos de violência doméstica por parte das mulheres e de outras pessoas estranhas aos agressores. Faz-se o inquérito, não se reúnem provas e depois há também o enorme receio por parte da mulher das consequen-

cias da denúncia, medo das ameaças que o agressor vai continuando a fazer. A violência doméstica é um crime público e por isso não permite que se desista da queixa; sucede é inúmeras vezes é a vítima acabar por negar em tribunal levando a que o processo seja arquivado pela ausência de provas.

P - O relatório da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna aponta para um aumento estatístico de casos de violência doméstica. Esse facto resulta da alteração legislativa que ocorreu há 15 anos que tornou a violência doméstica em crime público ou existe uma maior predisposição para a denúncia por parte das vítimas?

R - Sim, existe mais predisposição actualmente. As mentalidades vão mudando. Mas como se trata de um crime público, qualquer pessoa pode denunciar. Muitas vezes não são as próprias vítimas que apresentam a queixa, é alguém que sabe e que denuncia a situação, por isso é que se verifica o registo de mais casos. A vítima tem receios, tem medo das represálias. Acaba por não ter coragem muitas vezes para apresentar queixa ou para pedir ajuda.

P - Na sua opinião este aumento estatístico das queixas dos casos de violência doméstica representa um agravamento?

R - Não! É o que está registado, só.

P - É um fenómeno que sempre existiu, mas que estava escondido!

R - Estava camuflado, sim. No passado falava-se pouco. Nos anos mais recentes a mulher acaba por se insurgir um pouco mais e pedir ajuda. Muitas vezes não vão directamente à polícia. É um crime que sempre existiu e que infelizmente vai continuar-

P - Este aumento dos casos de violência doméstica no relatório de monitorização de 2015, na sua opinião, decorre mais da predisposição das pessoas para denunciar do que um efectivo aumento de situações?

R - Na minha opinião o número é constante; passou foi a denunciar-se mais os casos de violência doméstica.

P - O Gabinete de Apoio à Vítima no distrito de Braga acompanhou 420 processos em 2015.

R - É a 'ponta do iceberg'.

P - Estes 420 casos são todos de violência doméstica?

R - Não. Os 420 processos têm a ver com diversos tipos de crime. A APAV dá apoio a vítimas de todos tipos de crime. Sendo que na minha estatística pessoal a grande maioria são mulheres vítimas de violência doméstica sendo que há também mais homens procurar-nos por também serem

vítimas.

P - Qual é o trabalho da APAV?

R - A nossa missão é acompanhar as pessoas, ou seja, aconselhar, prestar determinados tipos de apoio consoante a necessidade da pessoa ao nível por exemplo do apoio psicológico, jurídico (o mais solicitado), depois temos o apoio social porque geralmente são mulheres desempregadas e que não têm meios, havendo o encaminhamento para segurança social para obter o apoio judiciário e outros. Subjacente está o apoio emocional em que muitas vezes a mulher pelo simples facto de ser ouvida sai da APAV 'mais leve'. Uma das estratégias do agressor é isolar socialmente a vítima.

P - Não é apenas a violência física é também a psicológica que está muito presente?

R - Sim, sim; violência psicológica principalmente

P - Dos 420 casos no distrito de Braga, 85 por cento são de violência doméstica, os restantes 15 por cento são crimes de que tipo?

R - Ofensa à integridade física - fora do contexto de violência doméstica - assim com as violações; furtos, o 'stalking' (perseguição), a pressão que as entidades empregadoras fazem aos seus trabalhadores.

>>>



QUEIXAS AUMENTAM MAS A MAIORIA DOS CASOS SÃO ARQUIVADOS

P - O papel da APAV é encaminhar as vítimas?

R - Exactamente. Aconselhamos juridicamente o que fazer, mas nós não podemos dar patrocínio jurídico. Se à pessoa não tem meios terá mesmo de recorrer à segurança social para pedir apoio judiciário e para que seja nomeado um advogado oficioso.

P - Tem a noção de que a vossa intervenção consegue contribuir para resolver os casos?

R - Conseguimos ajudar a resolver alguns. Não tantos como gostaríamos. Há muitas desistências quando se trata de avançar com as queixas. Há os medos e a vergonha de se assumir que é vítima de violência doméstica. A auto-estima das vítimas fica muito em baixo e não ajuda à tomada de decisões. Por isso é que o apoio psicológico é muito importante para arranjar estratégias, para ganhar coragem para apresentar queixa e não só, também para tomar qualquer decisão que ajude a ir em frente, sair da situação em que a pessoa vítima de violência doméstica se encontra.

P - A violência doméstica atravessa todos os extractos sociais?

R - É transversal. Mas embora atinja todas as classes sociais, as pessoas que mais recorrem à APAV são as de menos recursos económicos porque o nosso apoio é gratuito. As pessoas com outras posses procuram directamente o advogado, o psicólogo.

P - As vítimas de violência doméstica de extractos sociais mais elevados e mais qualificados tem também mais receio se exporem?

R - Sim, embora atendimento que fazemos na APAV é totalmente confidencial.

P - A APAV não tem no distrito de Braga, terá em outros distritos, centros de acolhimento para as vítimas de violência doméstica?

R - Existem duas Casas Abrigo. São casas para acolhimento prolongado para as mulheres vítimas de violência doméstica e para os filhos menores. Uma lei que saiu há algum tempo obriga todas as Casas Abrigo a ter duas ou três vagas para situa-

ções de emergência.

P - Para as vítimas da vossa área de influência que são os distritos de Braga e de Viana quais são as possibilidades para dar resposta a esses casos em que é necessário o acolhimento imediato?

R - Há alguns anos era difícil arranjar vagas não apenas nos centros da APAV, mas também de outras instituições. As vítimas ficavam em lista de espera ou eram colocadas em pensões a expensas da Associação. Agora com esta regulamentação das Casas Abrigo e de terem sido criadas as vagas de emergência a situação é resolvida no próprio dia ou no dia seguinte. Essas "Casas Abrigo" estão espalhadas pelo país.

P - Há uma estratégia de não acolher as vítimas de violência doméstica em locais de muita proximidade geográfica da área de residência?

R - Sim, nem muito longe nem muito perto, mas a rede para as vítimas de violência doméstica dos distritos de Braga e Viana é boa, é eficaz. Por exemplo para casos de emergência não significa que as vítimas fiquem nesses centros mais próximos. Os técnicos dessa Casa Abrigo se por acaso abrir uma vaga para uma "estadia" mais prolongada a pessoa fica lá ou então o trabalho passa a ser dessa Casa Abrigo que vai tentar com outras, encontrar acolhimento mais prolongado no tempo. A média é seis meses, mas se a pessoa nesse período não tiver refeito a sua vida também não é expulsa

P - O trabalho em rede com outras entidades está bem articulado?

R - Com a Segurança Social trabalhamos muito bem, com as polícias, com os tribunais. Aliás existe uma vontade do Ministério Público de colaborar connosco no sentido de definir estratégias para prevenir a violência doméstica. Já tive reuniões nesse sentido e verifico que há muito interesse em concretizar essas atitudes de precaver a violência doméstica. A nível nacional já foi assinado um protocolo entre a Procuradoria Geral da República e a APAV de maior cooperação.

P - E depois no terreno essa cooperação vai-se verificando?



R - Vai, acontece que cada caso é um caso, são muitos casos, mas existe vontade de cooperação.

P - A legislação que temos em Portugal está adequada para a violência doméstica e de proteção da vítima?

R - A legislação é muito boa. As leis são óptimas.

P - Em Portugal as leis são sempre muito bem feitas, mas depois no terreno não há correspondência.

R - As leis são boas, mas depois cabe a

quem as aplica fazê-lo da melhor forma. Sem criticar a magistratura, às vezes isso não se verifica e acabamos por perder as vítimas muitas vezes por causa disso. Há algo que revolta as pessoas que muitas vezes nos perguntam: porque é a vítima é quem tem de sair de casa? Aqui não é apenas uma questão de lei, são as circunstâncias dos casos. Tem de se proteger a vítima. E o agressor como é que se vai retirar de casa? Claro que há medidas de coacção que fazem com que seja afastado da residência, mas isso demora tempo e nós queremos uma solução rápida.



MINISTÉRIO PÚBLICO QUER COLABORAR COM A APAV NA PREVENÇÃO

na sociedade, até por motivos culturais em relação à violência doméstica?

R – Em certos meios haverá. Tivemos um caso há relativamente pouco tempo de uma mulher vítima de maus tratos que pediu ajuda à mãe para a acolher, mas que foi recusada porque mãe dela entendeu que o lugar dessa mulher era junto do companheiro.

P – **Mencionou a avaliação que é feita pelos magistrados em relação a situações de violência doméstica, que acabam por terminar em homicídios, porventura não ser a mais adequada?**

R – A lei é boa e embora a moldura penal seja muito reduzida os magistrados às vezes não têm a mão pesada e deviam ter, na minha opinião. Mas muitas vezes, mesmo que queiram ter, não podem porque a lei também não lhes permite. Muitos querem condenar, mas depois voltamos ao ponto de partida: não têm provas suficientes para o fazer. Existindo provas há que fazer um balanço daquilo que foi provado e o que não foi e aplicar a pena de acordo com o que se encontra estabelecido na lei.

P – **Correndo-se o risco de ser excessivo ou desenquadrado, pergunta-se se a aplicação da medida de coação mais gravosa não faria sentido?**

R – A prisão preventiva! Sim na fase de inquérito acontece a sua aplicação, mas poucas vezes. Mas queria acrescentar que o processo da violência doméstica acaba por ser complicado. Mesmo que haja condenação, muitas vezes depois de cumprir a sentença, o agressor volta a procurar a vítima que nunca mais tem sossego. Há casos, por exemplo os relacionados com ciúmes, que são patológicos. São doenças psicológicas que levam à violência. A vítima acaba por ter de sair do local onde vive, sair do seu emprego e tentar refazer a sua vida em outro local, mas sempre com medo, sempre com receio. Nós aconselhamos sempre as pessoas a apresentarem queixa e a tomarem medidas de proteção.

P – **Uma mulher que seja vítima de violência doméstica, que tenha de sair de casa, sair da cidade ou da vila onde mora, tenha de deixar o emprego, legislação existente permite fazer a reintegração social dessa pessoa numa outra**

zona geográfica?

R – A vítima indo para a Casa Abrigo tem os técnicos que vão tratar da situação. Há apoio psicológico, jurídico. Os processos que existem na comarca de onde é proveniente, passam para a comarca onde foi acolhida. Existe depois a parte social que tenta arranjar um emprego, um modo de vida para que pessoa se auto-sustente, para ter a sua independência e mais tarde poder arranjar uma casa. Quando essas mudanças se fazem por iniciativa própria da vítima, esta fica entregue a si própria.

P – **Referia o reforço da cooperação entre o Ministério Público e a APAV no sentido da prevenção; em fase de inquéritos e de julgamentos a Associação tem uma intervenção directa em alguns casos que acompanha, constituir-se assistente dos processos por exemplo?**

R – Podemos acompanhar as vítimas aos tribunais, mas não podemos constituir-nos assistentes no processo. Podemos ter intervenção no sentido de requerer ao magistrado do MP a adopção de algumas medidas de coação. Imaginemos que foi apresentada uma queixa contra um indivíduo por violência doméstica que continua a ser perigoso, a vítima continua a viver com o agressor e ainda não foi decretada uma medida de coação de afastamento do agressor, nós podemos fazer esse requerimento e assiná-lo. Podemos redigir queixas para a vítima assinar.

P – **Podem ser testemunhas?**

R – Podemos, mas o nosso depoimento vale pouco ou nada porque somos “testemunhas de ouvir dizer”. Os testemunhos que valem são os de quem viu o crime a ser praticado.

P – **A legislação poderia evoluir para que instituições como a APAV funcionar como defensor jurídico das vítimas reconhecido pelo estado?**

R – O que está consagrado nos nossos estatutos é o aconselhamento, o encaminhamento, o apoio jurídico, mas não ao ponto de sermos advogados das vítimas. Como nós trabalhamos ao nível do voluntariado isso implicaria ter de aceitar imensos casos para patrocinar e não havia recursos humanos que dessem conta de tantas solicitações. Qualquer alteração teria de ter um enquadramento legal.



FLÁVIO FREITAS

Perfil

Teresa Sofia Silva, licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerce as funções de gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à vítima, há 17 anos. Iniciou o seu percurso na APAV há 19 anos, como voluntária, altura em que exerceu também advocacia.

P – **As vítimas são vítimas duas vezes...em termos penais a moldura está adequada para estes casos?**

R – O mínimo é três anos de cadeia e o máximo oito, mas muitas vezes nem sequer é aplicada. Oito anos de prisão já é para casos extremos. Depois há os casos em que a pena não é cumprida na totalidade, os agressores são libertados e reincidem de forma ainda mais violenta. Não há muitas condenações porque provar é sempre complicado

P – **Existe ou existiu alguma tolerância**



“

“Na violência sobre os idosos é mais difícil de intervir porque não é o idoso que denuncia. As queixas vêm de terceiros e participamos á policia para averiguarem. Muitas vezes o idoso nega com medo de represálias ou por vergonha”.

“

“Na violência no namoro, muitas as vezes a vitima não dá conta se não for agredida fisicamente. Se são coações psicológicas acaba muitas vezes por relevar porque interpreta como prova de amor”.



FLAVIO FREITAS

P – Quantas pessoas estão na APAV de Braga.

R – Umhas nove pessoas. São todos voluntários. Eu pertenço aos quadros da associação. O gabinete da APAV funciona no segundo andar da Junta de Freguesia de S.Vítor entre as 14h00 e as 18h00, de segunda a sexta-feira

P – Em tempos lançava a ideia para a necessidade de o Gabinete da APAV em Braga ter instalações próprias mais reservadas.

R – Muitas vezes as pessoas têm vergonha de ir á APAV porque tem de entrar dentro da Junta que tem sido impecável connosco. Nós estamos numa sala que não é muito grande e que não tem privacidade. Muitas vezes as pessoas estão a falar connosco e os outros técnicos ouvem, não há como fugir a isso dada a exiguidade do espaço. É claro que estamos todos obrigados ao dever de sigilo e de confi-

dencialidade, mas quem nos procura pode não se sentir á vontade.

P – No distrito de Braga e de acordo com o relatório de monitorização da violência doméstica elaborado pelo MAI, o primeiro semestre de 2016 comparado com o de 2015 houve também um aumento de queixas.

R – Não diferimos muito dos resultados nacionais. O distrito tem uma matriz muito especifica, muito religiosa, mas que não se reflete nesta questão.

P- A queixa de violência doméstica são mais do meio urbano?

R- Há muitas pessoas da cidade de Braga que vêm ter connosco, mas também dos arredores: Vila Verde, Guimarães, Barcelos, Póvoa de Lanhoso e ás vezes também de Viana do Castelo.

P – Sendo a violência doméstica um cri-

me público e vocês tendo conhecimento de casos, apresentam queixa ás forças policiais ou tem de ser a vitima a fazer essa denuncia?

R – Quem está obrigado a fazer essa denuncia no exercício da sua função são os profissionais de saúde, os policiaes ...outras pessoas que tomem conhecimento têm o dever moral de o fazer. Muitas vezes para não arranjam problemas fazem denuncias anónimas para a policia ou para nós. Agora se a vitima de violência doméstica vier ter connosco nós não denunciamos a situação a não ser que exista perigo extremo. A pessoa diz-nos que não quer denunciar porque tem medo e nós também nunca faríamos a denuncia sem antes arranjar condições para ela se proteger. Existe da nossa parte um dever de confidencialidade e as pessoas confiaram em nós. Mas repito: se sentimos que estamos perante um caso extremo, denunciamos a situação.



ENTREVISTA TERESA SOFIA SILVA
GABINETE DE APOIO À VÍTIMA

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UM CRIME DIFÍCIL DE PROVAR

Págs. 3 a 6

Crime APAV e INEM assinam acordo

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) assinam hoje um acordo de colaboração para apoio de vítimas de violência doméstica e de crime. O objetivo é ajudar familiares e amigos de vítimas de homicídio ou vítimas de violência sexual.



FRASE

PROTÓCOLO QUE ASSINAMOS COM O INEM VISA DAR APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS"

JOÃO LÁZARO
PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE APOIO À VÍTIMA





Violência

Todos os dias um filho agride os pais

PROCESSOS

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) revelou ontem que, entre 2013 e 2015, foram registados 1777 processos de apoio a pais que foram vítimas de violência doméstica por parte dos seus filhos.

VIOÊNCIA DIÁRIA

Em média, houve mais de 592 casos por ano, o que representa mais de um caso de violência por dia.

PERFIL

A APAV explicou que 49% das vítimas são pessoas com 65 anos ou mais. Em mais de dois terços dos casos, o autor das agressões é do sexo masculino – destes, a maioria (93%) tem entre os 36 e os 45 anos. Quase três em cada dez agressores são solteiros e 31,5% por cento estão desempregados.

LOCAIS

A maioria das agressões acontece nas casas onde as vítimas vivem com os agressores, enquanto 29,7% das ocorrências são reportadas na habitação da vítima. Para além disso, mais de metade dos casos ocorreram em Lisboa (19,8%), Porto (15%), Faro (10,7%) e Setúbal (7,3%).

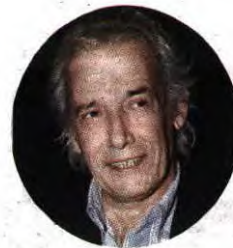
QUEIXAS

Dos processos mencionados, apenas 25% das vítimas apresentaram queixa contra os agressores.



Novela Ficção na SIC sensibiliza para o tema

A novela do horário nobre da SIC, "Amor maior", aborda a violência. Júlio César é o ator que dá corpo ao pai que é soado pelo filho por tudo e por nada, cuja personagem é construída por Hugo Tavares. O perfil da personagem agressora está totalmente em consonância com o perfil da APAV.



1090

crimes de abuso físico são revelados nesta estatística da APAV. Os maus-tratos físicos são o segundo maior crime no âmbito da violência filio-parental. O primeiro é o mau-trato psicológico, com 1658 pedidos de ajuda entre os anos 2013 e 2015.

Violência Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou 1777 pedidos de ajuda entre 2013 e 2015, que revelam universo de 4326 crimes. Só um quarto faz queixa

Pais agredidos demoram até seis anos a pedir apoio

Leonora Paiva Watson
leonorpaiva@jn.pt

► Todos os dias, um homem ou uma mulher é alvo de agressões por parte dos filhos. As situações perpetuam-se e os pais levam, em média, até seis anos para denunciar a situação e solicitar apoio. Mesmo depois de pedirem ajuda, a maioria não faz queixa na Polícia, segundo os mais recentes dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que registou 1777 pedidos de auxílio, entre 2013 e 2015.

Segundo a APAV, estes 1777 processos totalizam 4326 crimes. Entre estes estão, por exemplo, 1658 crimes de maus-tratos psicológicos, 1090 de maus-tratos físicos, 698 de ameaça ou coação, 423 de injúria ou difamação, 123 de furto ou roubo, seis de devassa da vida privada, entre vários outros. Uma grande parte destas situações prolonga-se no tempo.

"A maioria destas pessoas passam anos sem contar nada a ninguém. Pode demorar de dois a seis anos. E, normalmente, só se queixam quando já não conseguem esconder mais. Quando revelam o que se passa, já estão muito fragilizados", avança Maria de Oliveira, diretora do Centro de Formação da APAV e responsável por esta área.

Maria de Oliveira alerta ainda para o facto de estes dados estatísticos dizerem respeito "apenas às pessoas que pediram apoio à

APAV", sendo que "a APAV acredita que o universo real seja muito superior".

A especialista recorda, por exemplo, um estudo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge sobre envelhecimento e violência, relativo aos anos de 2011/2014, que "revelou que 12,3% das pessoas com 60 ou mais anos foram vítimas de uma conduta

Perfil Agressor é homem, 40 anos e desempregado

● A estatística da APAV, ontem revelada, traça o perfil do agressor: é maioritariamente do sexo masculino (68,69% dos casos), com idade compreendida entre os 36 e os 40 anos e está desempregado. Maria de Oliveira refere, contudo, que a violência filio-parental "é transversal", ou seja, "acontece em todas as classes sociais". Resumindo, o facto de o agressor estar, na maior parte dos casos que chegaram à APAV, desempregado, não significa que ele pertença a uma classe social mais baixa. "Entram aqui todo o tipo de pessoas, das mais pobres às mais ricas". Segundo a técnica, esta é uma realidade que, do mesmo modo, tanto acontece nos meios urbanos, como nos meios rurais.

violenta por parte dos filhos, pelo menos uma vez".

Muitas vezes nem sequer é a vítima a pedir ajuda. "Podem ser vizinhos, os profissionais do centro de saúde, outros familiares e, não raramente, funcionários dos bancos que, a dada altura, percebem que a pessoa já não controla a sua conta", revela.

Apenas 25% fazem queixa

Feito o pedido de ajuda, o sentimento dominante é a culpa. "Sentem-se culpados por estarem a falar dos filhos", pormenoriza. Sentem ainda vergonha e medo. A maioria, mesmo depois do auxílio estar em curso, não quer fazer queixa. "Dos 1777 pedidos que tivemos, só 25,77% é que apresentaram queixa às autoridades".

As vítimas, em média, têm mais de 65 anos (49%), são viúvas e, em 83,40% dos casos, são mulheres e em 15,93% são homens. "Normalmente, nem se reconhecem como vítimas. Chegam até nós já depois de muitos anos, podem até ser trazidas por alguém, mas vêm para desabafar. Quando lhes dizemos que estão a ser vítimas de um crime, não se reconhecem nesse papel", alerta.

Maria de Oliveira acrescenta que estas pessoas "chegam com muitos traumas, a acreditarem naquilo que ouvem e ouvem-se coisas más como 'tu já não prestas para nada', ou 'tu já não vales nada', coisas de uma violência extrema", corrobora. ●

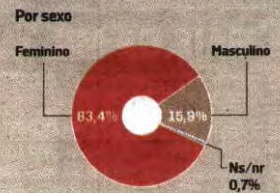
APAV: violência de filhos que agredem os pais



Evolução do número de vítimas



1777
Total de vítimas entre 2013 e 2015

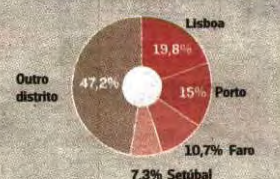


Perfil da vítima

Com idade a partir dos 65 anos (49%), viúvas (29,2%), com filhos/as (32,4%)

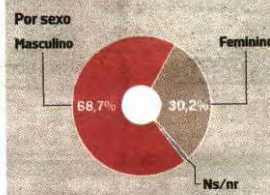


Distrito de residência da vítima



Autores dos crimes

1894
Total entre 2013 e 2015



Perfil do autor do crime

Com idade entre os 36 e os 45 anos (93%), em mais de 30% dos casos, desempregado/a

Vitimização

80% das situações são de agressões continuadas

2 a 6 anos duração média (14,4% dos casos)

60,6% dos casos ocorrem na residência comum



ID: 67849416

20-01-2017

Associação de Apoio à Vítima registou 1777 pedidos de ajuda em dois anos ● Crimes cometidos por filhos ao ritmo de um por dia Página 8

Maioria dos pais agredidos não faz queixa à Polícia



SOBE
JOÃO
LÁZARO

PRES. DIREÇÃO APAV



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima continua a sinalizar e apoiar as vítimas de violência e a alertar para novos casos.

DESCE
JOSÉ CARLOS
VERÍSSIMO

PEDÓFILO CONDENADO



Já a cumprir 22 anos por pedofilia, o treinador de futebol começou a ser julgado em novo processo por abusos a um sobrinho.

ID: 67849845

20-01-2017

VIOLÊNCIA

Pais levam dos filhos e calam-se

QUEIXA ♦ Apenas 25% fazem denúncia à polícia
APOIO ♦ APAV seguiu 1777 casos em três anos

SÉRGIO A. VITORINO

Apenas um quarto dos 1777 pais vítimas de violência por parte dos filhos, e que foram assistidos entre os anos de 2013 e 2015 pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), fez queixa às autoridades policiais. Um encobrimento motivado por “vergonha, sentimento de culpa ou desconhecimento” das vítimas, que maioritariamente são mulheres viúvas acima dos 65 anos.

De acordo com o relatório da APAV ‘Violência Filioparental

CASOS REGISTRADOS NA APAV DISPARARAM DE 553 EM 2014 PARA 667 EM 2015

2013-2015’, ontem divulgado, todos os dias há, em média, pelo menos um pai ou mãe agredido pelos filhos. Dos 1777 processos de apoio em três anos foram identificados 4327 crimes. Este fenómeno da violência doméstica disparou de 2014 para 2015, com a APAV a registar, respetivamente, 553 e 667 casos.

“Ainda assim, a maior parte não denuncia os filhos porque tem vergonha, sentimento de culpa ou desconhece que o

VIOLÊNCIA ENTRE PAIS E FILHOS EM 2015

PERFIL DA VÍTIMA



Mulher
65 ou mais anos
Casada ou viúva
Com filhos

PERFIL DO AGRESSOR

Homem

Entre os 36 e os 45 anos

Casado

Desempregado



PERFIL DO CRIME

Violência continuada (entre 2 e 6 anos)

Vítima não denuncia as agressões

O crime ocorre na residência comum

1090 é o número de crimes de maus-tratos físicos e **1658** de maus-tratos psíquicos*

*total de 2013, 2014 e 2015

Fonte APAV



Idosos são as vítimas mais comuns de violência por parte dos filhos

pode fazer. Há preconceito por irem a uma esquadra”, lamenta ao CM Maria de Oliveira, da APAV. A forma como os casos chegam à associação é dividida: “Metade pelas próprias vítimas; a outra metade pelos familiares, amigos, vizinhos ou instituições.”

Um desses casos é o de Hermínia (nome fictício), com mais de 70 anos, que chegou à APAV pelo seu banco. O filho começou a agredi-la e a tirar dinhei-

ro quando ficou viúva. “Fecha-va os punhos, batia-me de um lado e de outro, puxava-me os cabelos, batia-me na cabeça, batia-me nos olhos, apertou-me o nariz, tapou-me a boca e apertou-me o pescoço e outras coisas mais”, contou à Lusa.

Entre os 4327 crimes registados pela APAV, houve 1658 casos de maus-tratos psíquicos, 1090 maus-tratos físicos, 698 ameaças, mas também 123 roubos ou duas violações. ●



VIOLÊNCIA



Em média, houve mais de 592 casos por ano, o que representa pelo menos um caso por dia em que pais são vítimas de violência doméstica por parte dos filhos.

Pais alvos de agressões dos filhos

APAV contabiliza mais de 1.700 casos de filhos que agredem pais. Por dia, há pelo menos uma agressão.

CARLA MARINA MENDES
cmendes@destak.pt

Não é, garante a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), «um problema individual» ou uma questão que se fica pelo foro familiar. Em vez disso, a associação considera que os casos de violência de filhos contra pais são «um problema social, de justiça e de saúde pública», que preocupam, tanto mais que «a intervenção neste campo não tem tido o desenvolvimento equivalente ao de outros tipos de violência intrafamiliar». Isto apesar de, todos os dias, um pai ou mãe ser vítima de agressão por um filho.

Os números, ontem avançados pela APAV, contabilizam os casos a que a

associação deu resposta em três anos, entre 2013 e 2015: foram, ao todo, 1.777 processos de apoio a pais vítimas de violência por parte dos filhos, dos quais 49% tinham 65 ou mais anos.

São sobretudo as mulheres as mais vitimizadas (83,4%), destacando-se, no grupo dos que têm mais de 65 anos, as viúvas (29,2%). Quanto ao autor do crime, na sua maioria este é do sexo masculino (65%) e com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (93%).

A APAV revela ainda que, de todos os processos, apenas 25% (488) apresentaram queixa ou fizeram denúncia, o que «demonstra as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a vergonha e fragilidade», aliadas «à perceção pouco generalizado do problema».



ID: 67850137

20-01-2017

ATUALIDADE • 08

Todos os dias um filho agride o pai ou a mãe

Os números são da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que contou 1.777 casos de agressões de filhos a pais em três anos, e que deixa o alerta: a intervenção aqui tem sido pouco desenvolvida.



102 *bem-estar*
família

Paixão
é fogo

Na adolescência, o coração bate mais forte e tudo se vive de forma intensa e única. Mas onde termina a paixão e começa a violência?

por **Manuela Vasconcelos**

Namorar é bom e recomenda-se, mas um em cada quatro jovens é vítima de violência no namoro, revela estudo nacional. É na adolescência que se vivem as primeiras paixões e, sobretudo, que se constrói a identidade e se aprendem formas de estar e de se relacionar que perduram na vida. Margarida Gaspar de Matos, psicóloga, professora na Universidade de Lisboa e coordenadora do projeto Aventura Social (**aventurasocial.com**), considera que "o melhor é os pais pensarem nisso logo no início da vida dos filhos e tentarem por um lado favorecer a comunicação (conosco e com os outros), a sua confiança (em nós e em si próprios) e, por outro lado, não fazer depender demasiado a felicidade e o futuro da existência do tal 'príncipe ou princesa' encantado/a..."

Fim aos mitos

A violência numa relação a dois manifesta-se de muitas formas e pode ser tão subtil que nem chega a ser valorizada. "A física e psicológica começam de forma dissimulada e comportamentos como proibições da

forma de vestir, manifestação de ciúmes e ameaças associadas (como as chamadas constantes para o telemóvel) são encarados como toleráveis e até normais. Muitos entendem-nas como demonstrações de carinho, atenção e amor", diz Ricardo Barroso, investigador e professor de Psicologia na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O ciúme como prova de amor é um dos mitos que pode 'camuflar' problemas. Outro está associado à intimidade, quando o adolescente vê as atividades sexuais como parte integrante da relação e não encara a coação como violência sexual. Importa aqui sensibilizar para "o facto de estarmos envolvidos de forma íntima não significa que se possa ter acesso ao nosso corpo", frisa Rosa Saavedra, psicóloga e assessora técnica da Associação de Apoio à Vítima (APAV). No quotidiano, há outros indícios: críticas, afastá-lo/a de amigos, família ou das atividades habituais.



"Violentómetro" - Medir os atos, avaliar o risco



TENHA CUIDADO A violência tende a aumentar

GETTY IMAGES



bem-estar 103

O que mostra o ecrã

A tecnologia também abre a porta à intrusão. "Há novas estratégias de controlo (*e-mail*, redes sociais, SMS) e a forma como os jovens se expõem nas redes sociais coloca-os numa situação mais vulnerável", alerta Rosa Saavedra. Partilhar a palavra-passe com o namorado pode até parecer uma prova de amor, mas constitui um risco. Num estudo realizado em 2015, pela associação UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), com 894 jovens da região do Porto e uma média de idades de 14 anos, 15 por cento dos inquiridos referiu que o namorado ou namorada já tinha agarrado no seu telemóvel para ver mensagens sem autorização. Uma invasão de privacidade que 62 por cento não encarou como violência.

Pedir ajuda

Ao contrário da idade adulta, nos casais jovens há uma simetria, ou seja, "encontramos não só raparigas que são vítimas de violência, mas também rapazes", refere Rosa Saavedra, sublinhando que "a violência exercida pelos rapazes tende a ser mais severa e o dano maior nas raparigas".

Por norma, os adolescentes não pedem ajuda junto da família ou das entidades, como relata Rosa Saavedra: "Por um lado, não reconhecem o comportamento do outro como abusivo, por outro, não querem admitir que os pais tinham razão." Recorrem aos amigos que, apesar do importante apoio, podem não ser os mais indicados para ajudar, já que também têm dificuldade em interpretar as situações, sentem as pressões do grupo e desconhecem o que fazer. *Sites como apavparajovens.pt fornecem indicações importantes para identificar os problemas e saber como agir: "É importante não deixar*

de pensar que há um/a agressor/a e que sem uma intervenção irá repetir o comportamento nos relacionamentos seguintes, não se quebra o ciclo" frisa Rosa Saavedra. Uma coisa é certa: "Quanto mais cedo a pessoa reagir e se afastar do agressor, melhor será", alerta Ricardo Barroso.

Porque ainda namoras?

O que leva um jovem a manter uma relação abusiva intriga muitos adultos. Nesta fase, não há família, nem dependência financeira, nem mesmo a ideia de um parceiro para a vida, defendem a professora Lúcia Ramiro e a psicóloga Marta Reis, que integram o projeto Aventura Social. "O que é mais importante é 'encontrar' um companheiro/a, consequência de pressões do grupo, resultando numa grande fragilidade de permanência e de satisfação nos relacionamentos amorosos", dizem. Por outro lado, os altos e baixos da relação ajudam relativizar os problemas. "Geralmente, após a uma situação de violência existe uma 'lua-de-mel' em que o agressor tenta desresponsabilizar-se, pede desculpa e promete não repetir."

As alterações de humor, sono, apetite ou comportamento podem ser um indício de que estamos perante uma relação tóxica. A recusa em ir à escola, o medo, a ansiedade, a tristeza, a depressão, a perda de autoconfiança ou o isolamento são outros sinais. Como ilustra Margarida Gaspar de Matos, "por vezes, há marcas (hematomas) ou excesso de *make up* a disfarçar; outras há um estremeceimento quando nos aproximamos ou tocamos nas pessoas, uma mudança de comportamento (isolamento, lágrimas). Importa estar atento a qualquer alteração, saber escutar, não partir de imediato para o 'julgamento' e conselhos 'avulso'."

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro lançou um violentómetro, uma ferramenta de sensibilização e intervenção que ajuda na deteção, alerta e denúncia de situações que ocorrem nas relações interpessoais, de intimidade, mas também nos contextos escolar e laboral.

FERIR A BRINCAR

16

BELISCAR/ARRANHAR

17

EMPURRAR

18

DAR BOFETADAS

19

PONTAPÉS

20

CONFINAR/PRENDER

21

AMEAÇAR COM OBJETOS

22

AMEAÇAR COM ARMAS

23

AMEAÇAR DE MORTE

24

FORÇAR UMA RELAÇÃO SEXUAL

25

ABUSO SEXUAL

26

VIOLAR

27

CAUSAR LESÃO GRAVE NO CORPO

28

MUTILAR

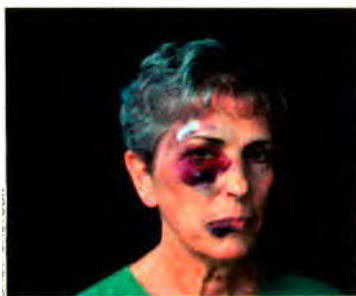
29

MATAR

30

REAJA Não se deixe destruir

PEÇA AJUDA Consulte um profissional

VIOLÊNCIA**Pais vítimas dos filhos**

A Associação de Apoio à Víctima (APAV) revelou esta semana que, entre 2013 e 2015, foram registados 1777 processos de apoio a pais que foram vítimas de violência doméstica por parte dos filhos. Em média, houve mais de 592 casos por ano, o que representa mais de um caso de violência por dia. Apenas 25% das vítimas apresentaram queixa contra os agressores.

Bullying infantil: como lidar com a situação e proteger os nossos filhos

Cada vez há mais crianças a sofrerem de atos violentos, intencionais e repetidos nas escolas e parques infantis.

Na maioria dos casos, calam-se e têm medo de contar em casa que estão a ser vítimas de bullying. Como é que um pai e uma mãe devem proceder?

Os números são realmente assustadores. Segundo o Diário de Notícias, no último ano letivo, a PSP e GNR registaram no total 4757 crimes de bullying nas escolas portuguesas, cerca de 616 crimes por mês.

Ora, como reagem uns pais ao serem confrontados com esta realidade? Quão descansados ficam ao pensarem que os seus filhos podem estar a ser vítimas de violência contínua e intencional na escola? O ideal é estarem sempre atentos a todos os sinais e conversarem muito com as crianças. É importante que estas percebam que estão apoiadas e têm a quem recorrer, sem problemas, se forem maltratadas de alguma forma.

Para a ajudar a estar alerta a todos os sinais, criámos um pequeno



guia sobre o bullying infantil.

O que é?

Segundo a APAV, “é uma forma de violência contínua que acontece entre colegas da mesma turma, da mesma escola ou entre pessoas que tenham alguma característica em comum (por exemplo: terem mais ou menos a mesma idade; estudarem no mesmo sítio)”.

Existem características específicas que chamam a atenção do agressor?

A forma de ser da vítima é uma das características mais “chamativas”. Se a criança for calada, mais sensível e frágil faz com que esteja mais exposta às agressões. Também o físico faz com que se possa tornar, infelizmente, “diferente” dos outros (ser mais baixa ou mais alta, magra ou gorda, usar óculos ou aparelho nos dentes). O facto do agressor não estar, muitas vezes, sozinho dá-lhe ainda mais força.

Como é que os pais devem lidar com a situação?

Devem conhecer bem a escola e grupo de amigos dos filhos (também para dar espaço a estes miúdos a denunciar algo aos pais), por exemplo;

Ao mínimo sinal de desconforto da criança é muito importante saber o que a levou a tê-lo;

Baixou uma nota porque não percebeu bem a matéria? Ou será que anda ansiosa e com medo? Os pais devem falar com os professores as vezes que forem necessárias para saber como está a ser o rendimento da criança na escola;

O incentivo à partilha de problemas é muito importante. Se uma criança sentir que pode falar abertamente com os pais sobre tudo é meio caminho para partilhar com eles o que lhe está a acontecer; criar uma espécie de diário dos acontecimentos que podem estar a criar o bullying é muito importante para futuras queixas.

COMPORTAMENTO

Teresa Paula Marques
Psicóloga Clínica
www.teresapaulamarques.com

ASSASSINOS de mulheres

Consideram as mulheres como sua propriedade e não hesitam em matá-las quando estas pretendem seguir a sua vida, longe de quem as maltrata física e psicologicamente.

Nas últimas décadas, a violência contra mulheres transformou-se num grave problema social. Rara é a semana em que não surge a notícia de casos de mulheres que são mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. A explicação para a ocorrência do femicídio é invari-

avelmente a mesma: o companheiro não aceita o fim do relacionamento. Estes homens, de algum modo, levam à letra o "até que a morte nos separe", numa lógica enviesada, que os faz agredir mortalmente. Os casos mais graves acontecem geralmente nos períodos noturnos e fins de semana. O meio preferencialmente uti-

Violência no namoro: onde tudo começa

A relação conflituosa/violenta inicia-se muitas vezes no namoro. Num estudo recente, a nível nacional, 25,4% dos jovens relataram ter sido vítimas de, pelo menos, um ato abusivo no último ano e 30,6% admitiu ter sido agressor. A violência emocional lidera (19,5%), seguindo-se a violência física (13,4%). O que se constata é que as jovens associam muitas vezes o ciúme ao amor, levando a que no início da relação se sintam muito lisonjeadas por o namorado ser ciumento. Consideram perfeitamente legítimo as atitudes de ciúme só que, pouco a pouco assiste-se a uma invasão/controlo da vida da namorada, que passa por coisas tão simples como comentar a roupa que ela veste, visionar as mensagens do telemóvel, querer saber todas as rotinas diárias ... Caso algo não agrade, desencadeia-se uma cena de agressividade, tanto verbal como física. Certo é que a partir do primeiro episódio de agressão, as regras estão ditadas e a situação vai tendendo a piorar.



VIOLÊNCIA doméstica**Recursos possíveis**

Existem alguns recursos onde as vítimas podem recorrer em caso de violência doméstica

O Espaço Júlia - espacojulia.lisboa@psp.pt
telefone 933726037 ou 210179284.

Situa-se no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, e oferece uma resposta integrada para os casos de violência doméstica.

Recebe a queixa, atribui o estatuto da Vítima à queixosa e faz o encaminhamento para apoio psicológico e os conselhos jurídicos. Este local abrange as freguesias de Santo António, Misericórdia e Santa Maria Maior, no entanto a equipa nunca nega ajuda a quem precisa.

APAV - telefone (gratuito) 116 006

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma instituição particular de solidariedade social, cujo objetivo é promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais. Existem gabinetes de apoio espalhados um pouco por todo o país.

lizado é a arma branca, mais concretamente uma faca, por ser de fácil acesso, mas também porque a morte originada por este tipo de meio é mais demorada do que se for devido a arma de fogo. É uma "morte de proximidade", em que o agressor pode sentir de perto todas as reações físicas e emocionais da vítima. A arma de fogo é o segundo meio mais usado, seguindo-se-lhe o afogamento, a asfixia, o estrangulamento, o espancamento e o fogo. O crime, é frequentemente o desfecho de uma longa história de maus tratos. A vítima tende a esconder a situação de todos, por vergonha e por medo de agravar a situação. Mesmo

quando recorre ao hospital, inventa desculpas (invariavelmente diz que tudo resultou de uma queda) para que não tenha de denunciar o companheiro. Além do mais, o agressor depois desfaz-se em desculpas, jura a pés juntos não mais repetir o que fez e acentua que tudo pode ser explicado à luz do grande amor que nutre pela mulher. Puro engano! Quem ama não maltrata. Quem ama não agride. O amor que estes tipos de agressores sentem é única e simplesmente por si próprios! O facto de não aguentarem as separações, é que estas são sentidas como um ataque ao seu narcisismo, e é também por este motivo que muitas mortes ocorrem quando a companheira arranja um novo parceiro. A mulher é encarada como um objeto que lhe pertence, e que por isso não tem direito a vontade própria. Durante anos não houve uma firme reação da mulher, como tal essa convicção é acentuada e validada. No dia em que a vítima resolve dizer "basta" e sai de casa, a agressividade atinge o seu auge. ■







MIGUEL CARVALHO

JORNALISTA/ REVISTA VISÃO

Casa abrigo para homens vítimas violência doméstica

Queixas do sexo masculino aumentaram e projeto-piloto avança. Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade assume ser altura de quebrar tabus e representações sociais para responder a todas as vítimas

Há pouco mais de três anos, Carlos Andrade, presidente da Fundação António Silva Leal, começou a receber sinais de que algo estava a mudar nos relatos sobre agressões na intimidade. “Foram chegando ao nosso conhecimento, com mais frequência, casos de homens vítimas de violência doméstica e começamos a perceber que a realidade não era exclusivamente feminina”, explica o responsável daquela instituição de solidariedade social à VISÃO. No último ano, segundo dados oficiais e da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), as denúncias de maus tratos por parte de vítimas do sexo masculino rondaram os 15 por cento, o mais alto valor de sempre, em mais de 26 mil queixas apresentadas a nível nacional. “Já tínhamos sugerido ao anterior governo, no âmbito da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a abertura de uma casa abrigo para homens vítimas mas, na altura, responderam-nos que isso não era urgente”, esclarece Carlos Andrade.

Agora vai ser uma realidade. Depois de formalizada a assinatura da carta de compromisso com o Governo, a casa abrigo abriu a 1 de outubro no Algarve, com capacidade para dez homens. Tem um financiamento assegurado da ordem dos 100 mil euros provenientes das receitas dos jogos sociais. É um projeto-piloto, que será reavaliado daqui a um ano. Num universo de 40 casas abrigo atualmente destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica, esta é a primeira direcionada a “inquilinos” do sexo masculino. “Quando voltamos a colocar a questão a este Executivo, foram altamente sensíveis e admitiram a necessidade de, também nestes casos, promover uma resposta formal em condições de igualdade”, relata o presidente da Fundação António Silva Leal.

A própria secretária de Estado da Cidadania e Igualdade admitiu à VISÃO ter feito o seu próprio caminho nesta matéria. “Fiz uma reflexão e também evolui no meu pensamento sobre os homens e a violência”, explica Catarina Marcelino, lançando a pergunta: “O que acontece atualmente a um homem vítima de violência se precisar de uma resposta residencial? Ou vai para uma pensão ou vai para uma instituição de “sem abrigo”. E isso não é uma resposta adequada”, assume. Por isso, quando aquela instituição lhe propôs uma solução, a resposta foi imediata. “Vivemos numa sociedade em que não é suposto os homens serem vítimas. As representações sociais condicionam-nos. Mas enquanto decisores

políticos, temos o dever de não fechar as portas a todos aqueles que precisam da nossa ajuda”, refere a governante, acentuando o facto de este projeto ter sido “bem recebido” pelas organizações de mulheres com trabalho nesta área. De resto, explica, há um trabalho geracional a fazer: “Vamos atuar na área da violência no namoro. Estas coisas não acontecem apenas aos 40 anos, que é a idade média da vítima e do agressor. Estamos a falar de pessoas que nasceram e viveram em democracia e há aqui algo em que falhámos, enquanto sociedade”, admite.

Já este ano, a APAV lançou uma campanha exclusivamente destinada a homens vítimas de violência doméstica com o objetivo de quebrar “o ciclo da vergonha”, uma vez que os indivíduos do sexo masculino demoram, no geral, mais tempo a quebrar a barreira do primeiro pedido de ajuda. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna e os dados recolhidos pela APAV, Lisboa, Porto e Faro continuam a ser os distritos onde foram registadas maior número de queixas, grande parte das quais tendo o conjugue ou ex-conjugue como agressor.

NEM MAIS UMA VÍTIMA SEM RESPOSTA

A secretária de Estado visitou, entretanto, a casa abrigo e ficou “bem impressionada” com as instalações: “Vem responder a uma necessidade, faz falta. Não sabemos o que vai acontecer, ninguém sabe, mas a entidade que acolherá homens vítimas tem uma equipa técnica muito boa”, reconhece a secretária de Estado. “É importante o País ter uma resposta para este problema”, concorda Carlos Andrade. “Até por vergonha, os homens não procuram este tipo de solução. E se o fazem é já em situação de desespero. Quando começamos a notar isso, pensámos numa resposta. A igualdade de género está na lei e não é só a favor das mulheres”, resume o presidente da Fundação António Silva Leal.

A abertura desta casa abrigo não encerra as soluções do género que o Governo está a preparar para outro tipo de vítimas. Para a comunidade LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros e Intersexuais) vai abrir, até ao final do ano, uma resposta em Lisboa, protocolada com a associação ILGA. Em Matosinhos, também haverá uma, em parceria com a Associação Plano i. Na área da deficiência, está igualmente prevista a abertura de uma residência de acolhimento para mulheres deficientes. “Apesar do grande investimento do anterior governo nas casas abrigo, verificámos que havia áreas sem resposta”, explica Catarina Marcelino. “Tudo isto são experiências piloto, mas estou muito curiosa para perceber o que sairá daqui”. •

CASOS
DE POLÍCIA

Hernâni Carvalho



O lar, lugar de conforto e de afectos, é por vezes um inferno de agressões físicas e psicológicas. Em todas as idades e classes sociais. Chamam-lhe violência intrafamiliar

São casos chocantes que têm invadido os noticiários do nosso país. Para o senso comum, é impensável que um pai possa agredir de forma violenta um filho, ou o contrário.

Pais que agredem filhos

Cegou o filho. Lisboa, 3 Julho de 2016, Rua Maria Pia. Um homem de 52 anos, ameaçava com uma pistola a sua mulher, de 46. Casados desde 2004, há cinco anos que a mulher sofria estas agressões físicas e psicológicas. Na presença dos dois filhos menores, disparou na direcção da mulher. O mais novo tentou proteger a mãe e a bala acabou por o atingir no olho direito. Quando foi detido, o agressor ainda tinha a arma na mão. Os menores ficaram com perturbações psicológicas. A criança ficou cega. O homem foi acusado dos crimes de homicídio qualificado tentado, violência doméstica, ofensa à integridade física grave e posse de arma proibida. Está em prisão preventiva.

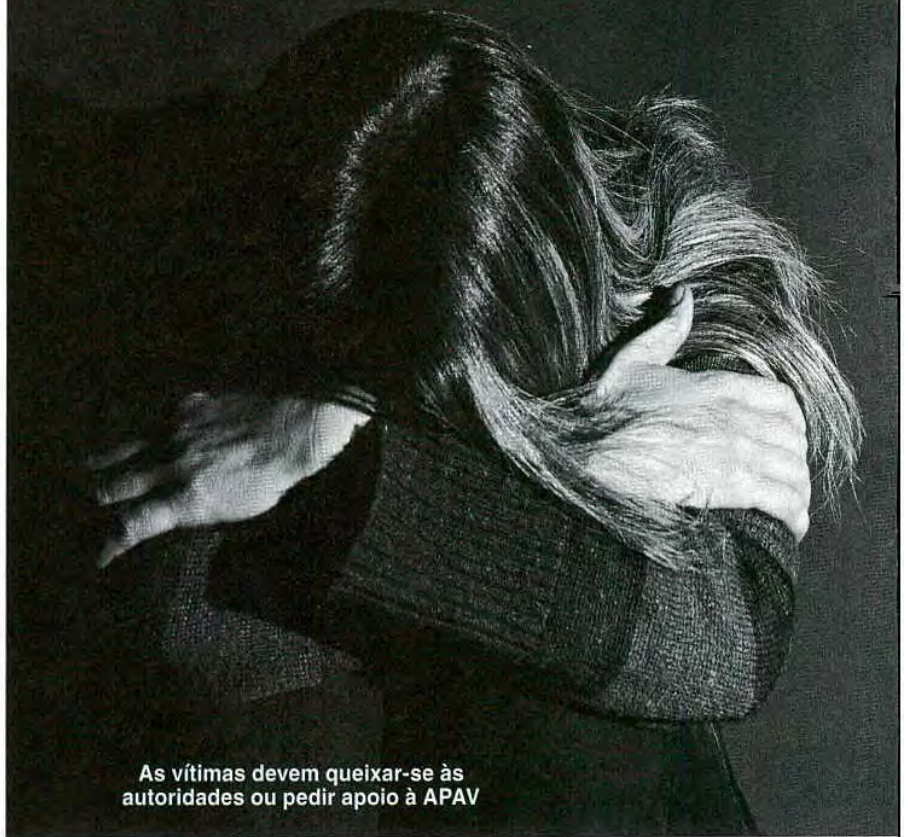
Cravou uma faca no coração do filho.

Linda-a-Velha, Oeiras, Abril de 2015. Em litígio de separação com a mulher, um homem enviou por telemóvel a simulação do assassinato do filho de ambos. Depois concretizou a ameaça, espetando uma faca no coração da criança que tinha escassos meses de vida. De seguida tentou pegar fogo à casa! Condenado à pena máxima, continua a anunciar-se inocente e processou os militares da GNR que o detiveram, alegando que lhe partiram uma perna.

Filhos que agredem pais

Morrer ao frio e abandonado. Porto, Novembro de 2016. O Tribunal da Relação condenou um oficial de justiça a uma multa de 2250 euros por este ter deixado o próprio pai morrer à fome. Depois de se ter separado da mulher, aos 58 anos, o homem voltou para casa do pai, no Porto. O idoso (86 anos) já sofrera um enfarte e tinha uma demência diagnosticada. Além do pai, nessa casa também morava uma tia de 88 anos que tivera um acidente vascular cerebral, era cega de um olho e tinha dificuldades para se deslocar. Oficial de justiça de profissão, o homem só aparecia em casa para dormir e tomar banho. Na

VIOLÊNCIA FAMILIAR



As vítimas devem queixar-se às autoridades ou pedir apoio à APAV

casa grassava a falta de higiene e o frio e não havia comida. O tribunal deu como “factos provados” que o arguido não trazia alimentos para casa. Um restaurante entregava o almoço e o lanche ao pai e apenas almoço à tia. Nos dias de encarceramento semanal do estabelecimento, os idosos nada comiam. O filho e sobrinho dos idosos recebia um vencimento mensal ilíquido de 1807 euros, mas não prestava, nem pagava, cuidados de higiene aos familiares. O tribunal deu como certo que no dia da morte (9 de Fevereiro de 2015), o idoso “encontrava-se prostrado na cama, com um casaco de pijama de Verão, urinado e sem roupa ou qualquer agasalho na parte inferior do corpo, com tremores e sem qualquer outro tipo de reacção”. Acabaria por morrer no dia seguinte. Os juízes concluíram que ele “abandonou” o pai, “não querendo saber do seu estado”, isto, apesar de ele ter meios financeiros para aquecer a casa e cuidar do seu pai com

dignidade. O oficial de justiça condenado recorreu da decisão.

Deu-lhe milhares. Concelho da Guarda, Setembro de 2016. O filho de 29 anos exercia violência física e psicológica e obrigava-a a dar-lhe elevadas quantias em dinheiro. A mulher, viúva, de 58 anos, foi cedendo às exigências até que ao fim de sete anos de terror não aguentou mais, saiu da própria casa e apresentou queixa às autoridades. O filho/agressor acabou detido pela PJ da Guarda, suspeito da prática continuada do crime de violência doméstica e extorsão. Ele tem antecedentes criminais. Já tinha sido condenado a uma pena de prisão de três anos e dez meses porque deu um murro no olho a um cunhado que lhe provocou cegueira. Para não ir para a cadeia, ficou obrigado a pagar uma indemnização de 16.700 euros. Quando foi detido, em Setembro do ano passado, foi obrigado a abandonar a casa da mãe. Ainda aguarda julgamento. ■

Violência sobre os filhos

DEZ ALERTAS

1 Complot: É a própria família que muitas vezes se mantém calada estabelecendo um *complot* de silêncio com o agressor. Por omissão, desconhecimento ou vontade própria, contribuem para que o superior interesse da criança seja apenas uma expressão.

2 “Não fui eu”: A maioria dos agressores nega agredir os filhos. Primeiro, porque é crime. E depois, porque admiti-lo seria revelar fraquezas, designadamente, não cumprir a sua obrigação de velar pela integridade física dos filhos.

3 Apanhar, desde cedo: Os estudos mais recentes revelam que em cada quatro crianças vítimas de violência, uma é adolescente. As agressões a crianças de mais tenra idade têm mais risco de morte ou lesões irreversíveis. As crianças sabem menos defender-se e a sua fragilidade corporal é maior.

4 Não é a primeira vez: Os estudos internacionais comprovam que pelo menos metade das vítimas de agressão já havia sido submetida a este padrão de comportamento anteriormente.

5 Agressor acima de qualquer suspeita: Há quem defina o agressor de crianças como “um tipo de classe baixa, morador em bairros sociais, sem instrução e sem emprego”. Preconceito. Todas as pesquisas revelam que há agressores em todas as classes sociais, etnias, religiões ou profissões.

6 Tanto pode ser o pai como a mãe: Não se pode dizer com segurança se são mais os homens ou mais as mulheres que agredem as crianças. Há agressores implacáveis nos dois géneros. O pai ou a mãe. Diversos estudos internacionais apontam para mais ou menos 70% dos agressores serem pais biológicos.

7 “Foi assim que eu fui criado”: De forma geral, recriam nos filhos o estilo educacional que receberam. Por vezes, assumem um alto nível de exigência no desempenho dos seus filhos e exigem-lhes capacidades não compatíveis com a idade. Em alguns casos, eles próprios sofreram espancamentos na infância.

8 Poucos são doentes mentais: Talvez apenas 10% tenham desordens severas de personalidade ou psicoses. Há famílias onde não há registo de violência e há muito consumo de álcool. Noutras, a violência ocorre sem qualquer consumo de álcool. Noutras ainda, há agressões quando o agressor está alcoolizado e quando não está.

9 Crueldade familiar: Socos, bofetadas, pontapés, beliscões, empurrões, dentadas, arremessos contra móveis ou paredes, arranhões, encarceramento, agressões com facas, foices, alicates, martelos, paus, barras de ferro, açoites com fios de ferro, cordas ou chicotes, queimaduras com cigarros, velas ou água a ferver, ingestão forçada de psicotrópicos ou de bebidas alcoólicas...

10 Múltiplas lesões: Lesões nos olhos, na pele (queimaduras com pontas de cigarro, aparelhos elétricos, imersão em água quase a ferver, etc.), equimoses diversas, resultantes de socos, pontapés ou bofetadas, fraturas diversas (crânio, nariz, braços e pernas) e, ainda, lesões viscerais.

Não se queixam...

Muitos sujeitam-se a ficar reféns dos seus agressores ou, seja, dos próprios filhos. Os pais agredidos levam, em média, até seis anos para denunciar agressões e solicitar apoio. Mesmo depois de pedirem ajuda, a maioria não apresenta queixa às autoridades. Por não terem alternativas de sobrevivência (meios, casa, etc...) e não quererem ser armazenados em lares, por vergonha social, sobretudo nos meios mais pequenos, e até por pena ou compaixão dos próprios filhos agressores. Entre 2013 e 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou 1777 pedidos de ajuda neste contexto, que revelam um universo de 4326 crimes. Destes, só 25% apresentaram queixa às autoridades.

Agridem cada vez mais cedo

Um estudo da APAV, de 2014, revelava haver cada vez mais filhos com menos de 25 anos que agredem os pais. Surge um novo caso de três em três dias. É visível que os pais de hoje têm um claro défice de autoridade. A solução passará por pais e filhos construírem uma relação de respeito mútuo, mas onde a palavra final pertença aos progenitores. Não, não são os melhores amigos dos filhos. São Pais!



Violência no namoro

A adolescência é um período de transição, onde os jovens constroem relações fora do contexto familiar, em busca de autonomia e definição da sua identidade. Todavia, muitas vezes, os jovens deparam-se com cenários relacionais inesperados, como comportamentos violentos, face aos quais poderão ser levados a adotar uma postura de indiferença, concebendo tais práticas como uma manifestação de amor e/ou ciúme.

A violência no namoro é um ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de namoro, com o objetivo de controlar, dominar e ter mais poder do que a outra pessoa envolvida na relação e onde se experienciam múltiplas formas de abuso, quer seja físico, psicológico, verbal, sexual e/ou social.

Os rapazes são quem mais pratica violência no namoro, pois percebem-se como possuidores de três vezes mais poder que as suas companheiras. Assim, evidenciam uma postura de poder, competitividade e controlo, esperando encontrar nas suas relações a perpetuação destes papéis de género tradicionais. No entanto, nem só os rapazes são agressores, muitas vezes são também vítimas de alguma forma de violência.

Por vezes, a postura das vítimas parece evidenciar que estas consideram os atos de violência normais no curso das relações, porque parecem continuar a confundir ciúmes com amor ou porque muitas vezes não reconhecem todas as formas de violência.

Ainda existem alguns mitos em torno da violência no namoro e essas crenças aumentam o risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências, promovem a desculpabilização do agressor, banalizam a experiência da vítima, negam a gravidade dos maus-tratos, não reconhecem a sua dimensão criminal e podem conduzir a posturas de não denúncia e de não intervenção. Apenas cerca de 9% das vítimas jovens procuram ajuda recorrendo à justiça.

Pode pedir ajuda junto da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para Jovens), de familiares, educadores, professores e profissionais de saúde.

Não deixe que a violência se torne uma tendência, denuncie!

PORTALEGRE

■ João Trindade

**Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade
assina protocolos "Estratégia e combate
à violência doméstica são prioridades"**

Catarina Marcelino, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, deslocou-se ao IPPortalegre no dia 24 de Janeiro, para assinar dois protocolos visando a implementação da Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, com um

investimento previsto pelo Governo em dois anos de um milhão de euros, com financiamento assegurado, com verbas dos jogos sociais. Estes protocolos abrangem as áreas das 15 Autarquias do distrito de Portalegre ligadas à CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. De acordo com dados fornecidos, entre outros objectivos pretende-se estimular os territórios a desenvolverem, em rede, equipas de combate à violência doméstica e de género, numa perspectiva Inter Municipal e çar uma estratégia e cobertura nacional progressiva de apoio e protecção". Contam com respostas locais que envolvam, de forma articulada, as autarquias, autoridades, medicina legal, Entida-



des de protecção social, as unidades de saúde, bombeiros, escolas, e organismos privados. Dado a sublinhar, a presença de representantes e organismos atrás citados, e ainda da ARS Alentejo e IEFP. Perante cerca de 120 participantes, Celestina Duarte da (CIMAA), deu a conhecer as linhas orientadoras dos dois protocolos. Nesta sessão, foram oradores, Joaquim Mourato, Presidente do (IPP); Adelaide Teixeira Presidente da (CMP); João Lázaro, presidente da (APAV) Apoio à Víctima, Vitor Bucho da Delegação (CVP); Nuno Mocinha, presidente da (CIMAA); Deu os parabéns por esta iniciativa que surge num trabalho de boa vontade entre as autarquias e pelos diversos subscritores dos protocolos para uma resposta

ainda mais eficaz ao problema da violência doméstica. Numa análise global, todos os intervenientes estão "convictos da necessidade de unirem esforços no combate à violência doméstica e de género. A encerrar a cerimónia, a Secretária de Estado Catarina Marcelino começou por referir: "Estes protocolos são muito importantes até por abrangerem uma zona do Interior, desejo que sejam alargados a outras Entidades". Teceu a seguir várias considerações em volta do combate e punição da violência doméstica, uma prioridade do Governo. Mesmo assim, realçou a acção da justiça, a escolha de prova é muito difícil, mas tem confiança no sucesso deste iniciativa, deu os parabéns à (CIMAA) e a todos os

**Manteigas**

Corrida de montanha “12 kms Manteigas – Penhas Douradas”

O CCD da Câmara Municipal de Manteigas organiza, no próximo dia 12 de Março de 2017, com o apoio da Câmara Municipal de Manteigas, Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada e Terras de Aventura, a 35ª edição da corrida de montanha “12 kms Manteigas – Penhas Douradas”, Corrida Solidária com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Víctima)”, prova integrada no calendário do Circuito Nacional de Montanha 2017.

Esta prova rege-se pelo presente Regulamento e pelo Regulamento Geral de Corridas em Montanha, da Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada.

O evento desportivo “12 Kms Manteigas – Penhas Douradas, Corrida Solidária com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Víctima)” encontra-se aberto à participação de todos, fede-

rados ou populares, em representação individual ou colectiva (escolas, clubes, associações desportivas, etc.), sem distinção de sexo ou nacionalidade, depois de devidamente inscritos.

Integradas neste evento desportivo terão lugar as seguintes provas: Corrida de Montanha: percurso predominantemente em subida, na distância aproximada de 12 km; BTT Competição: com distância aproximada de 20 km; Caminhada: não competitiva, com percurso predominantemente em subida, de distância de cerca de 7 km.

A corrida de montanha tem partida em frente à Câmara Municipal, com uma volta inicial pelos principais arruamentos da vila de Manteigas, seguindo-se subida constante em estrada de asfalto pela estrada de S. Sebastião até à EN 232, virando à esquerda

para estrada florestal de acesso ao Observatório Meteorológico das Penhas Douradas, após o qual segue por asfalto novamente até à EN 232, onde volta de novo à esquerda para EN 232-1 que percorre até o largo do Vale Formoso, nas Penhas Douradas, no qual está instalada a meta dos atletas e caminheiros.

BTT Competição tem partida em frente à Câmara Municipal, com uma volta inicial (não competitiva) pelas principais ruas da vila e com meta no mesmo local da corrida, ou seja no largo do Vale Formoso (Penhas Douradas).

A Caminhada tem partida em frente à Câmara Municipal, seguindo-se percurso pedestre, em subida constante, na distância aproximada de 7 km até à meta, instalada também no largo do Vale Formoso (Penhas Douradas).

**Guarda**

Conferência “Violência contra as pessoas idosas. Conhecer para actuar”

“Violência contra as pessoas idosas. Conhecer para actuar” é o tema da conferência que vai ter lugar na sexta-feira, dia 27 de Janeiro, pelas 14.30 horas, na Escola Superior de Saúde da Guarda. A iniciativa, realizada com a colaboração da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Víti-

ma, insere-se nas actividades desenvolvidas pelo Consórcio Idade Mais (CI+), que junta as três instituições de ensino superior da Beira Interior (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Instituto Politécnico da Guarda) e que pretende fomentar projec-

tos de investigação e intervenção para um envelhecimento bem-sucedido. No âmbito dos princípios subjacentes e objectivos deste consórcio, pretende-se reunir recursos e articular esforços para a realização de projectos com impacto na qualidade de vida de quem envelhece.



Sónia Simões

Para as crianças, testemunhar um crime pode ser tão ou mais traumático do que ser vítima. Os psicólogos alertam: "Em Portugal dá-se o apoio penso rápido".

Partilhe     

O som da bomba a rebentar foi demasiado forte para se esquecer dele. Júlia (nome fictício), 13 anos, estava a dormir e, num pulo, acordou. Ao lado, a mãe acabara também de acordar sobressaltada, mas sem se ter apercebido do estrondo. A criança, ainda ensonada, não teve dúvidas: era uma bomba. A mãe acreditava mais num tremor de terra ou numa trovada. As dúvidas dissiparam-se quando perceberam que tinha sido mesmo detonado um engenho explosivo durante um assalto.

O crime foi tão rápido que a Polícia Judiciária acredita estar perante profissionais. Era madrugada. Horas depois, já com o sol bem alto, a criança teimava em não dormir mais. Também recusava ficar sozinha em casa. Tinha medo. Em casos mais graves, este medo poderá não passar com o tempo, garantem especialistas ao Observador.

“Uma criança é um ser frágil que absorve tudo, é como uma câmara de filmar. Significa que basta a criança assistir a um crime ou um ato violento para que indiretamente seja vítima desse crime e dessa violência. Perante um facto destes, uma criança é sempre vítima de um crime, mesmo quando é testemunha”, explica o secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança (IAC), Manuel Coutinho. O psicólogo da Associação de Apoio à Vítima (APAV), Daniel Cotrim, concorda. “Uma criança que testemunha um crime sofre tanto ou mais do que uma criança que é vítima, porque é mais complicado perceber as sequelas que ficam e tratá-las”, explica.

"Às vezes é pior observar violência de alguém que gostamos do que sofrermos essa violência. Isso pode causar memórias traumáticas terríveis"

Pedopsiquiatra Ana Vasconcelos

Não existem dados estatísticos sobre quantas crianças testemunham crimes e quantas são afetadas por eles ao ponto de necessitarem de acompanhamento, mas, para o psicólogo responsável do IAC, Manuel Coutinho, “também é importante pôr a lupa neste tipo de situações”. Ao IAC, através do [SOS-Criança](#), e também à APAV, chegam muitas vezes casos de menores que são testemunhas de crimes dentro das suas próprias casas e num contexto familiar. “Aqui a criança está exposta à dor, ao sofrimento, ao stresse, à angústia e à ansiedade”, relata o responsável. Por vezes, tempo demais. Manuel Coutinho lembra-se do caso de uma criança, a quem chama “super-homem” ou “super-mulher”, cujo corpo servia, muitas vezes, de barreira entre o pai e a mãe para evitar uma nova agressão. A pedopsiquiatra Ana Vasconcelos tem entre os pacientes um menino com “um comportamento completamente alienado” em relação ao pai — porque o viu bater na mãe. Estas crianças assumem muitas vezes uma postura com a mãe e outra com o pai e vivem em dois mundos.

[Continuar a ler ↓](#)



FAMÍLIA EDUCAÇÃO

Contra a violência e o bullying assinala-se o dia da Paz nas Escolas



Esta segunda-feira assinala-se o Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas e, para assinalar a data, a Guarda Nacional Republicana (GNR) promove hoje e amanhã, por todo o país, várias ações de sensibilização junto da comunidade escolar.

O bullying, a violência doméstica e a violência no namoro e as ofensas à integridade física são os principais temas que os cerca de 400 militares dos núcleos de Programas Especiais vão desenvolver no âmbito daquelas atividades, com o objetivo é alertar para a necessidade de prevenir comportamentos violentos.

Instituído em 1964, o objetivo deste dia é alertar alunos, pais, professores e a sociedade, em geral, para valores como o respeito, a cooperação, a solidariedade, a não-violência e a paz, como se lê no site da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV.

Segundo Helena Costa, gestora do gabinete de Apoio à Vítima de Lisboa, este dia serve para lembrar que há situações que “não correm bem” com os jovens e as crianças que vão à escola. “Há muitas situações registadas de bullying nas escolas e isso tem de ser lembrado, não só à comunidade escolar, mas a toda sociedade porque deve suscitar da nossa parte, enquanto cidadãos, alguma preocupação”, defende.

APAV quer "criminalizar o bullying". Pela paz nas escolas

30 jan, 2017 - 10:43

Neste Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas, a Renascença falou com Daniel Cotrim, da APAV, que defende mais formação e sensibilização no espaço escolar.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que o bullying e o cyberbullying sejam tornados crime. "É importante criminalizar", diz Daniel Cotrim, esta segunda-feira, na **Renascença**.

As duas formas de violência costumam aparecer associadas, explica: "um jovem é agredido e logo o vídeo aparece no Youtube ou numa rede social".

Convidado no programa **Carla Rocha – Manhã da Renascença** neste Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas, o representante da APAV considera que tem havido falta de vontade para aquele tipo de violência nas escolas se torne crime.

"Há uns anos, depois de um caso, estivemos a um passo de criminalizar a situação do bullying em Portugal, mas ainda não o é. Tem havido falta de vontade" para alterar a legislação, defende.

Daniel Cotrim lembra, contudo, que Portugal ratificou alguns tratados nesta matéria: "o Tratado de Lanzarote, que trata da protecção dos jovens e crianças no espaço europeu, e a própria Convenção de Istambul, que apesar de falar de violência doméstica e violência de género, também fala das questões do bullying, como consequência da própria violência doméstica".

Hoje, em Portugal, "a justiça demora muito tempo a reagir", lamenta, e "o sistema todo" só reage "quando as imagens já andam pelo Youtube e o caso anda embrulhado na justiça".

A verdade é que um jovem agressor pode ser alvo de uma punição – "uma medida tutelar educativa, que poderá ir, em última análise, ao cumprimento de um tempo num centro educativo. Mas não é habitualmente aplicável, porque muitas vezes as vítimas acabam por esconder ou desistir das próprias queixas que apresentam", refere Daniel Cotrim.

Aos pais das vítimas, deixa um conselho: "não retirem os vossos filhos da escola", porque isso não os ajuda. "É importante, junto da própria escola, as famílias fazerem pressão para que o assunto seja resolvido e depois denunciar junto das organizações e das forças policiais".

Formar para a cidadania

O responsável da APAV considera que se fizeram, nos últimos anos, alterações no espaço das escolas com consequências ao nível da violência. “Deixámos de chamar escolas às escolas e passámos a chamar-lhes territórios, o que transforma a escola num espaço fechado à entrada das famílias”.

Além disso, “havia um espaço que, por motivos financeiros, deixou de existir e que de educação para a cidadania – um espaço útil e importante para que os temas da cidadania, do bullying e da paz fossem abordados com os jovens”, defende ainda.

Na opinião de Daniel Cotrim, é fundamental apostar na formação e na sensibilização “de todos aqueles que ainda operam dentro do espaço escola” e desde cedo.

“A APAV defende que este trabalho pela paz e a não violência não deve ser feito só com jovens a partir dos 12/13 anos, mas dos 3 ou 4 anos, quando as crianças começam a frequentar o próprio sistema de ensino”.

Isto, explica, para se trabalhar bem na prevenção e aprofundar “temas como a violência no namoro, o bullying, a própria violência exercida sobre os professores”, promovendo “uma cultura do respeito pelo outro e pela outra, uma cultura pela cidadania e pela igualdade”.

Daniel Cotrim considera por isso que estes temas devem fazer “parte dos próprios currículos das escolas, não afastando deste trabalho as famílias”.

Pela não violência. Em 1964 e hoje

O Dia Internacional da Não Violência e Paz nas Escolas foi instituído em 1964, através de uma iniciativa do poeta espanhol Lorenzo Vidal.

A data coincide com o dia da morte do líder indiano Mahatma Ghandi e pretende alertar a sociedade para valores “como o respeito, a cooperação, a solidariedade, a não violência e a paz”, segundo comunicado da APAV.

O tema é cada vez mais actual e o bullying tornou-se uma problemática prioritária a resolver, bem como alvo de preocupação por parte de vários especialistas.

Em algumas escolas, a data é assinalada com algumas iniciativas. A **Renascença** esteve no agrupamento de escolas Dr. Azevedo Neves, na Damaia, concelho da Amadora, onde se deparou com um placard com uma pomba gigante, que convidava todos a deixar uma frase alusiva ao dia.

INEM junta-se à APAV para apoiar vítimas de crime

Apoio gratuito e confidencial é prestado sempre que as vítimas de crime o consentirem. Técnicos do INEM agilizam o contacto com a APAV, que dá proteção e apoio psicológico.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o INEM celebram, esta terça-feira, um protocolo de colaboração no sentido de agilizar a assistência a vítimas de crime. Em causa estão não só vítimas de violência doméstica como de tentativas de homicídio, tráfico de seres humanos e abuso sexual, entre outros.

^{PUB} Trata-se, segundo explicou Bruno Brito ao **Notícias ao Minuto**, da formalização de uma prática que tem já vindo a ser aplicada. Quando o INEM é chamado para uma situação de emergência médica, e percebendo que esta decorre de um crime, é dada à vítima informação sobre a [APAV](#) e o apoio que esta pode prestar.

Nos casos em que há consentimento por parte da vítima, os técnicos do INEM agilizam o contacto com a instituição, que oferece proteção e apoio psicológico. A prestação deste serviço é “gratuita e confidencial”, como fez questão de frisar Bruno Brito, psicólogo e gestor de redes de apoio na APAV. Uma colaboração semelhante é já mantida com instituições como a Polícia Judiciária, o Instituto de Medicina Legal, a PSP e a GNR.

O crime que mais pedidos de ajuda motiva é, segundo o técnico da APAV, a violência doméstica. Na maioria dos casos, quando esta possibilidade de apoio é dada a conhecer às vítimas, “a receptividade é total”.

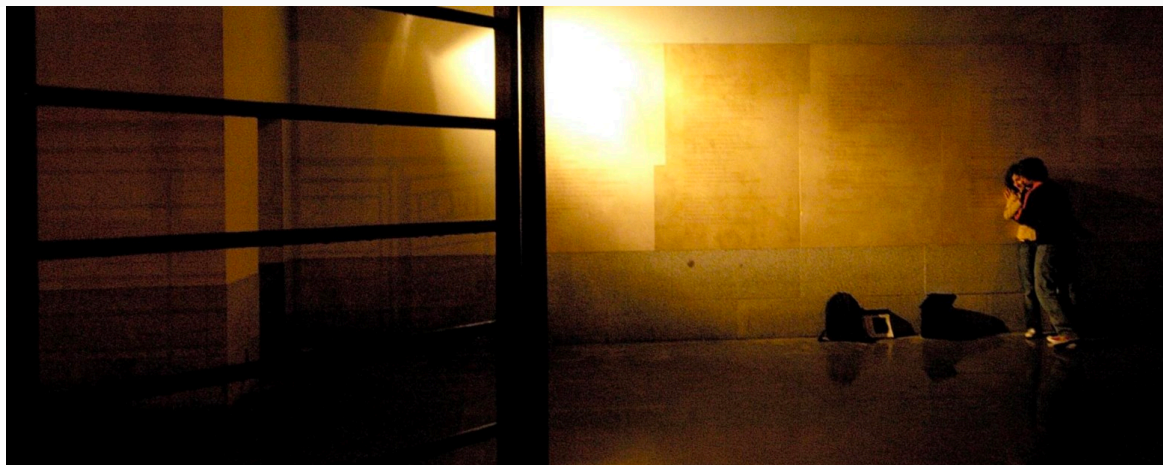
A par da agilização do contacto entre vítima e instituição de apoio, o protocolo reveste-se ainda de uma componente de formação. O que existe, na prática, é uma partilha de informação entre técnicos do INEM e técnicos da APAV.

A cerimónia de assinatura do protocolo de colaboração acontece esta terça-feira, às 16 horas, na sede da APAV, em Lisboa. A associação tem 15 gabinetes espalhados por vários distritos de Portugal e está presente em todo o país através da linha de apoio 116 006 (as chamadas são gratuitas e podem ser feitas entre as 9 horas e as 19 horas dos dias úteis).



Queixas por violência no namoro voltam a aumentar

Número de participações à PSP e à GNR aumentou 6% entre 2015 e 2016, uma tendência de crescimento que se verifica desde 2013. Muitas destas situações estão relacionadas com abusos através da Internet.



A queixa de uma adolescente de 15 anos que terminou a relação com o namorado e este, por vingança, colocou na Internet filmes em que ela aparecia em poses explicitamente sexuais, foi uma das que chegaram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos anos. O caso foi de tal forma grave que Margarida (nome fictício) e a família saíram do sítio onde moravam e noutra local “começaram quase do zero”, diz o psicólogo Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV para a área da violência doméstica e de género.

“Este caso não é tão atípico como se possa pensar”, afirma Cotrim. Este tipo de violência – que culmina em ofensas que atentam à dignidade da pessoa através da exposição de imagens ou vídeos nas redes sociais ou *sites* – é muito comum, reforça o especialista. E esta, em particular, é uma das situações que permanecem mais vívidas na memória deste responsável desde que em 2013 passou a haver monitorização da violência no namoro pelas polícias e a registar-se um aumento todos os anos das participações à PSP e à GNR.



Maioria das 49 queixas diárias de violência doméstica é feita por mulheres jovens

Entre 2015 e 2016, houve um aumento de 6% do número de queixas por violência no namoro feitas a estas duas polícias. No ano passado foram 1975 as participações recebidas pelas autoridades, mais 123 do que em 2015. Já em 2014, tinha chegado a 1691 o número global de queixas registado.

Alteração ao Código Penal

Porém, o salto maior aconteceu em 2014, depois de em 2013 ter sido aprovada a alteração ao Código Penal que veio acrescentar ao artigo 152.º – relativo ao crime de violência doméstica – uma alínea específica da violência

no namoro. Para estes anos, contudo, apenas a PSP - a polícia que recebe mais participações deste tipo face à área geográfica mais urbana que tutela no país - enviou dados que possibilitem uma análise. Assim, em 2014 as queixas por este crime, apresentadas à PSP, aumentaram em 48% relativamente a 2013, passando de 1049 para 1550 em 2014 (foram mais 501 participações).

**Violência no namoro:
a face menos visível
da violência de
género na intimidade**

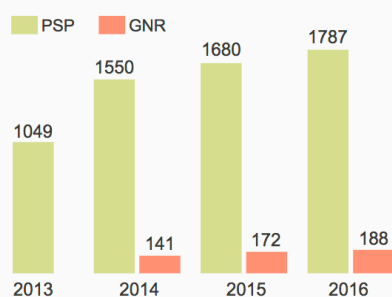
As participações de jovens mais novos, como Margarida, representam uma minoria, mas mesmo assim houve dezenas de casos envolvendo adolescentes até aos 16 anos, de acordo com os dados disponibilizados pela PSP. Em 2013, houve 51 ocorrências com rapazes e raparigas até aos 16 anos. Um ano depois foram registadas 90 queixas e em 2015 foram 98. Já em 2016, 103 participações foram feitas por jovens até aos 16 anos.

As participações feitas nestas idades representam números residuais – três em 2013 e 2015 e dois em 2014 e 2016 – o que contrasta com os números de participações feitas por raparigas da mesma idade: 48 em 2013; 88 em 2014; 95 em 2015 e 101 em 2016.

Divulgou vídeos da namorada nua

A Margarida tinha um namorado, em quem confiava. Depois da escola, iam para casa dele, naquilo a que Daniel Cotrim chama de “uniões de facto do horário de expediente”, ou seja, apenas até às 20h, quando os pais dele chegavam a casa.

Violência no namoro: queixas à PSP e GNR



Fonte: Base de dados da Violência Doméstica do MAI e GNR

“Até lá, e enquanto estava só com ele, os dois tinham relações sexuais e ela sofria maus tratos”, relata Daniel Cotrim. À hora do jantar, Margarida ia para casa. “Chegava e os pais não a chateavam”, realça Daniel Cotrim antes de dizer que essa é a opção de muitos pais que “nem sabem o que se passa com os filhos”.

INEM e APAV mais próximas para apoiar vítimas de violência doméstica

Por Tomar TV a 22 Janeiro 2017 em Notícias, Sociedade



As duas instituições assinaram um acordo para contribuir para o apoio, defesa e promoção dos direitos das vítimas de criminalidade.

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebraram um protocolo de colaboração que vai aproximar as duas instituições na proteção das vítimas de violência doméstica e da criminalidade violenta (familiares e amigos de vítimas de homicídio e vítimas de violência sexual).

Segundo um comunicado do INEM, o acordo visa contribuir para o apoio, defesa e promoção dos direitos das vítimas na identificação, informação e referenciação de vítimas de crime, bem como da participação em projetos, ações de formação e de investigação dentro do âmbito das missões das duas instituições. A sensibilização cívica para áreas de missão do INEM e da APAV é outro dos objetivos do protocolo.

Recorde-se que a violência doméstica ainda é uma realidade em Portugal, com as mulheres a serem as principais vítimas.

Violência silenciosa: Maioria dos pais agredidos não apresenta queixa

Redação / 20 Jan 2017

Números são alarmantes. APAV recebeu 1777 pedidos de ajuda entre 2013 e 2015 e acredita que "o universo real seja muito superior".



O número de casos de pais que são agredidos pelos filhos é alarmante. Pouco abordado na praça pública, este tipo de violência subsiste no silêncio, cria raízes e arrasta-se durante anos até que alguma força surja e diminua o medo. Até seis anos, em média, é o tempo que estes progenitores demoram até denunciarem a situação e pedirem apoio. Porém, a maioria opta por não apresentar queixa na Polícia depois de solicitarem auxílio, de acordo com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Entre 2013 e 2015, a APAV recebeu 1777 pedidos de ajuda, um número que engloba 4326 crimes. A associação enumerou 1658 crimes de maus-tratos psíquicos, 1090 de maus-tratos físicos, 698 de ameaça ou coação, 423 de injúria ou difamação, 123 de furto ou roubos, seis de devassa da vida privada, entre outros.

“A maioria destas pessoas passam anos sem contar nada a ninguém. Pode demorar de dois a seis anos. E, normalmente, só se queixam quando já não conseguem esconder mais. Quando revelam o que se passa, já estão muito fragilizados”, explicou a diretora do Centro de Formação da APAV, Maria de Oliveira.

A situação é ainda mais alarmante quando “a APAV acredita que o universo real seja muito superior”, visto que estes estes números dizem respeito “apenas às pessoas que pediram apoio” à associação. Depois de pedirem ajuda, muitos destes pais ficam com vergonha, culpa e medo. “Sentem-se culpados por estarem a falar dos filhos”.

De acordo com um estudo sobre envelhecimento e violência do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, recordado por Maria de Oliveira, entre 2011 e 2014 “12,3% das pessoas com 60 ou mais anos foram vítimas de uma conduta violenta por parte dos filhos, pelo menos uma vez”.

Os pedidos de ajuda nem sempre partem das vítimas, mas de familiares, vizinhos, profissionais de saúde ou, em alguns casos, de funcionários de instituições bancárias.